40 ANOS FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

CANA-DE-AÇÚCAR: ACOMPANHAMENTO DA SAFRA

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 8 N.º 12 DEZEMBRO DE 1984

BIBLIOTECA KARL A. BOSDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

PERIÓDICOS

IMPRESSO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

NOTA DA EDIÇÃO

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de Empresas de São Paulo

Fluctuat nec mergitur: *no Brasil destas últimas décadas, quando a transformação constante foi a tônica mais marcante e vários deslizes verificados no processo de sua evolução sócio-econômica deixaram sérias seqüelas, a muito poucas instituições seria pertinente ostentar a sugestiva divisa latina da cidade de Paris, mormente se dedicadas à produção cultural, vezes sem conta relegada em prol de objetivos de mais curto prazo. Constituiria uma das raras exceções a Fundação Getúlio Vargas, meritório empreendimento, que está comemorando seu 40º aniversário.*

A partir de 20 de dezembro de 1944, data da certidão de nascimento da FGV, passou o País a contar com uma instituição audaciosa no pioneirismo de muitas frentes, ao mesmo tempo que segura e firme na condução de suas iniciativas, capaz de influenciar profundamente os rumos da pesquisa em ciências humanas e sociais e, sobretudo, formar profissionais adestrados para difundir conhecimentos, modificar rumos, satisfazendo as necessidades da nova sociedade brasileira em formação. Em pouco tempo, reuniu-se na FGV um núcleo, reconhecidamente dos mais competentes, de homens de idéias e grande irradiador de saber, hoje de conceito não só nacional mas também internacional. Nestes 40 anos decorridos, foram editados milhões de exemplares das mais diversas publicações, criadas e mantidas mais de uma dezena de escolas, onde se ministraram milhares de cursos e se formaram ou aperfeiçoaram centenas de milhares de estudiosos, realizaram-se grande número de pesquisas ou, em resumo, difundiu-se farto conhecimento. Ressalte-se, ainda, que todas essas realizações frutificaram em clima de absoluta liberdade intelectual, sempre assegurada, como profissão de fé, pelos dirigentes da FGV, mesmo nos momentos mais conturbados da vida pátria.

Os últimos anos têm exigido dos brasileiros, coletiva e individualmente, inventividade e disposição especiais. Todos, em maior ou menor grau, viram-se afetados por um recente período, excepcionalmente difícil. Vários projetos foram, então, interrompidos para sempre ou temporariamente abandonados. Muitos trabalhos só se mantiveram à custa de perda de ritmo e de prejuízos de qualidade.

Fala-se muito, agora, da esperança de dias melhores que se aproximam. Difícil, porém, é distinguir o que há de concreto nessas expectativas, se são apenas mera ansiedade diante do fim de mais um ano gregoriano. O tempo é contínuo, é um fluxo, e não se pode imaginar que as vicissitudes da economia brasileira ficarão sepultadas em 1984. Na verdade e infelizmente, não haverá barreira adequada para vencê-las em 1º de janeiro próximo.

No decorrer de 1985, deverão persistir as pequenas lutas do quotidiano, inseridas na grande batalha da sobrevivência. Mais uma vez, o trabalho patriótico, o denodo e a tenacidade serão fundamentais para permitir êxito na travessia para o futuro. Chegaremos lá e bem, sem dúvida, embora suados pelo imprescindível esforço despendido. Como a instituição quarentenária, "sacudidos pelas ondas, mas sem afundar"...

SUMÁRIO

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA DE CANA-DE-AÇÚCAR 2

PRODUTOS VEGETAIS

- Algodão 7
- Arroz 10
- Milho 13
- Soja 15

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 18

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES EM 1983 E 1984 21

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS

- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA

CANA·DE·AÇÚCAR

ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS PREVÊEM RESULTADOS SATISFATÓRIOS PARA A ATUAL SAFRA DA REGIÃO CENTRO-SUL, EM TERMOS DE ÁREA PLANTADA E RENDIMENTOS AGRÍCOLA E INDUSTRIAL. NO NORDESTE, MANTENDO-SE AS CONDIÇÕES ATUAIS, AS METAS DO **IAA** PODERÃO SER CUMPRIDAS ATÉ O FIM DA SAFRA, EM MARÇO. OS MAIORES PROBLEMAS CONTINUAM SENDO DE ORDEM FINANCEIRA.

Centro-Sul

A safra de cana-de-açúcar encerra-se no mês de dezembro em quase todos os estados da região Centro-Sul. Em São Paulo, contava-se com a finalização da moagem em meados de novembro, visto que as condições climáticas prevalecentes no período de corte colaboraram para uma entrega mais rápida da matéria-prima às unidades industriais. Entretanto, o **Instituto do Açúcar e do Álcool** autorizou o prosseguimento do corte, voltado para a produção do álcool, evitando a sobra de cana.

As estimativas referentes à produção de açúcar e álcool, nas posições de 15 de outubro e 15 de novembro de 1984 (ver Quadros 01 e 02), já permitem antever a plena realização da produção autorizada na região Centro-Sul. O estado de São Paulo responde por 73% da produção de açúcar e 75% da produção de álcool na região. Destaque-se que o Paraná já é o segundo maior produtor de álcool da região Centro-Sul e deverá passar, ainda nesta safra, a terceiro maior produtor do país, ultrapassando Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Segundo estimativa do **Instituto de Economia Agrícola**, da **Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo**, a área plantada de cana-de-açúcar, na região Centro-Sul, deverá apresentar uma expansão de 8%, tendo sido cultivados 2,7 milhões de ha (2,5 milhões de ha em 1983/84). No que diz respeito ao rendi-

QUADRO 01 – BRASIL – PRODUÇÃO DE AÇÚCAR CENTRIFUGADO – SAFRA 1984/85 – POSIÇÃO EM 15/11/84
(em sc 50 kg)

REGIÕES E PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES	PRODUÇÃO AUTORIZADA	PRODUÇÃO REALIZADA
Norte-Nordeste	66.352.140	24.058.573
Pernambuco	31.076.620	11.164.908
Alagoas	24.695.520	7.490.964
Centro-Sul	101.305.420	105.903.673
Minas Gerais	11.150.000	10.373.067
Rio de Janeiro	10.011.300	8.642.963
São Paulo	74.414.120	81.915.397
Paraná	3.400.000	2.807.355
BRASIL	167.657.560	129.962.129

FONTE – IAA.

QUADRO 02 – BRASIL – PRODUÇÃO DE ÁLCOOL – SAFRA 1984/85 – POSIÇÃO EM 15/11/84
(em m^3)

REGIÕES E PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES	PRODUÇÃO AUTORIZADA	PRODUÇÃO REALIZADA
Norte-Nordeste	1.746.569	179.974
Pernambuco	546.424	50.299
Alagoas	702.252	43.496
Centro-Sul	7.581.820	6.838.333
Minas Gerais	372.000	289.894
Rio de Janeiro	269.400	202.875
São Paulo	5.703.490	5.339.813
Paraná	559.910	443.911
BRASIL	9.328.389	7.018.307

FONTE – IAA.

mento agrícola, as previsões quanto ao desempenho desta safra também são otimistas, pois poderá obter-se um avanço aproximado de 10%, quando comparada ao resultado do ano anterior, o que significará algo em torno de 70 t de cana-de-açúcar/ha. No Paraná, o rendimento agrícola já supera a média do estado de São Paulo, devendo ser colhidas 75 t/ha. No Rio de Janeiro, não ocorreram variações significativas e a produtividade deve-se manter em apenas 50 t/ha.

Da mesma maneira, os resultados do rendimento industrial foram bastante satisfatórios na região. Estima-se, para São Paulo, um avanço de 10% no desempenho da produção de açúcar e álcool, atingindo-se a média de 100 kg de açúcar por t de cana. No Rio de Janeiro, observa-se um avanço de 5 kg de açúcar por t de cana sobre os 85 kg de açúcar por t alcançados na safra anterior, conforme estimativas preliminares.

A situação climática caracterizou-se pela estiagem, durante o período de corte, nos principais estados produtores da região. Na maior parte dos casos, a falta de chuvas não causou maiores prejuízos ao desempenho agrícola e favoreceu a atividade industrial, com a aceleração do corte e entrega da cana e, também, com a obtenção de um maior teor de sacarose na matéria-prima fornecida. Em São Paulo, o Sul foi mais atingido, em especial a microrregião de Ourinhos. No Norte do Paraná, o clima também foi seco, em quase todos os meses do ano. O Rio de Janeiro, por sua vez, apresentou, a partir de abril, um índice pluviométrico inferior à média normal estabelecida na região, exceto no mês de agosto. Embora a cana agora colhida nestes estados não se tenha ressentido dos efeitos do clima seco, o plantio para a próxima safra sofreu alguns prejuízos. Isto porque, com a falta de chuvas, o desenvolvimento da **cana-planta** ficou prejudicado, bem como o processo de rebrotação das **soqueiras**. Contudo, os problemas ainda poderão ser atenuados, se ocorrerem chuvas suficientes no período que antecede o início da safra 1985/86.

O sistema de pagamento da cana pela qualidade completou o segundo ano de implantação na região Centro-Sul. Na prática, o sistema está vigorando no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os resultados auferidos nos dois estados são auspiciosos, visto que, em São Paulo, os fornecedores tiveram direito a um ágio em torno de 15%, enquanto no Rio de Janeiro estima-se um acréscimo no preço da cana entregue às usinas de, aproximadamente, 7,6%. Embora ainda não se possa atribuir ao novo sistema os ganhos obtidos no rendimento industrial, já se observa o esforço de entrega de uma cana mais limpa, por parte dos fornecedores.

Uma das maiores preocupações dos produtores paulistas, na atual safra, foi o risco de sobrar cana-de-açúcar no campo, sem aproveitamento industrial. Isto porque o **Plano de Safra**, fixado pelo **IAA**, autorizou uma produção de açúcar e álcool aquém daquela projetada pelos usineiros, na época do plantio. De acordo com estimativas dos industriais, restaria um excedente de 10,5 milhões de t de cana ao final da safra. Após um extenso processo de negociações, o **IAA** liberou a moagem do excedente, ressalvando, porém, que a produção resultante será bloqueada para comercialização no mercado interno, até o final de março de 1985. Em vista disso, os produtores estão realizando grandes esforços para conseguirem exportar álcool e **mel rico**, o que os desobriga da estocagem por um longo período dos produtos resultantes da moagem da cana excedente.

Nordeste

Na região Nordeste, a safra deve prosseguir até o final de março. As metas de produção de açúcar e álcool, fixadas pelo **IAA** em seu **Plano de Safra**, deverão ser cumpridas sem maiores percalços, caso se mantenham as condições que prevaleceram até o momento. Em Pernambuco, a situação climática mostrou-se favorável, com chuvas regulares na época do plantio, o que possibilitou a germinação necessária naquele período. Concomitantemente, as chuvas mais intensas que caíram em outubro propiciaram uma aceleração no desenvolvimento da **cana-planta**. Se o fator climático contribuiu para a elevação do rendimento agrícola, o mesmo não aconteceu com o rendimento industrial. Na realidade, as chuvas que caíram, já no período da moagem, dificultaram o corte e a entrega da matéria-prima às usinas. A este fator, somaram-se ainda os atrasos provocados pela greve dos cortadores de cana e a paralisação na entrega da cana pelos fornecedores. Ainda assim, espera-se que a produção canavieira pernambucana apresente um crescimento em torno de 10% sobre o resultado obtido na safra passada.

Em Alagoas, a situação diferencia-se daquela vivenciada por Pernambuco, devendo ocorrer uma pequena redução do rendimento agrícola, ao lado de algum crescimento da produtividade industrial. O motivo principal para o pior desempenho agrícola foi a seca que atingiu a cana-de-açúcar plantada na safra passada, com conseqüências diretas sobre seu desenvolvimento. Nesta safra, apesar de não ter ocorrido estiagem na mesma intensidade da safra anterior, a lavoura canavieira ainda foi castigada pela adversidade climática. Em contraposição, observa-se um pequeno ganho no rendimento industrial, o que, no que se refere à produção de açúcar e álcool, deverá compensar as atuais dificuldades de produção da matéria-prima.

Cabe ainda assinalar que, nesta safra, Pernambuco e Alagoas já estão com o sistema de pagamento da cana pela qualidade praticamente im-

plantado. Embora ainda seja prematuro fazer uma avaliação dos resultados do novo sistema, as informações obtidas junto ao **IAA** apontam resultados bastante satisfatórios.

Problemas financeiros na atual safra

Se a atual safra não apresentou até aqui maiores problemas no que diz respeito aos desempenhos agrícola e industrial, o mesmo não ocorreu na área econômico-financeira.

Um primeiro problema referiu-se ao financiamento para estocagem de açúcar e álcool (crédito de **warrantagem**). De um lado, este sistema de crédito, que era de responsabilidade do **Banco do Brasil** e altamente subsidiado, foi transferido abruptamente para a rede bancária privada, passando então a vigorar com correção monetária plena e juros de mercado. Ressalve-se que as usinas e destilarias do Nordeste ainda são beneficiadas com recursos do governo, em uma proporção de 60% do crédito de **warrantagem** que lhes é concedido, em condições de pagamento correspondentes a uma correção de 90% do valor da **ORTN** acrescido de 10% de juros, ao ano.

Não foi apenas a passagem desse financiamento para a competência das instituições financeiras privadas que criou sérias perturbações para a indústria do açúcar e do álcool. Ao lado disso, a liberação do financiamento pela rede bancária comercial, mediante utilização de recursos próprios, somente veio a acontecer na primeira quinzena de outubro, por força da **Circular nº 895**, do **Banco Central.**

Evidentemente, o retardamento causou grandes problemas de capital de giro para as usinas, em especial aquelas da região Centro-Sul, que, durante o período de maior intensidade da safra, ficaram desassistidas financeiramente.

Em parte como decorrência das dificuldades ocorridas no recebimento do crédito de **warrantagem**, os usineiros, em alguns estados, não efetuaram o pagamento da cana aos fornecedores nas bases fixadas pelo **IAA**. Segundo determinação do **Instituto do Açúcar e do Álcool**, a indústria ficaria obrigada a adiantar 75% do preço sobre a tonelada de cana entregue pelos fornecedores e mais 100% do ágio devido, naqueles estados onde o sistema de pagamento pela qualidade já foi implantado. Em São Paulo, sob a alegação de estarem descapitalizados, os usineiros continuaram pagando 62% sobre os dois fatores até o final de setembro. Em outubro, o pagamento foi feito na base de 72% do preço da cana e do ágio, somente vindo a ser regularizado em novembro, ainda que com os atrasados sem correção monetária e juros. Para os fornecedores, a situação mostrou-se da maior gravidade, uma vez que, no decorrer da safra, os recursos disponíveis foram insuficientes até para cobrir as despesas de corte e carregamento. Mesmo estando encerrada essa questão na atual safra, embora com os fornecedores sem serem ressarcidos dos prejuízos causados pelo atraso no pagamento, resta para o governo um problema cuja solução ainda não foi encontrada. Isto porque, a totalidade da matéria-prima é entregue em um período de seis meses e, portanto, seu pagamento não deve ultrapassar em muito esta faixa de tempo, enquanto o produto industrial é comercializado ao longo dos doze meses. As dificuldades de fluxo de caixa para a indústria são evidentes. Em Pernambuco, algumas usinas, mesmo sem sofrer os mesmos embaraços no recebimento do crédito de **warrantagem**, vêm limitando o pagamento aos fornecedores em 75% do valor da cana, retendo a diferença para ser saldada em noventa dias após a entrega da matéria-prima. Já no Rio de Janeiro, houve um acordo entre os usineiros e os fornecedores, em que os primeiros se comprometeram a pagar 100% do preço da cana no ato da entrega do produto. O compromisso se explica pela disposição dos industriais de evitarem, a qualquer custo, a escassez no suprimento da matéria-prima.



A elevação dos juros do crédito de custeio surgiu, na atual safra, como mais um problema de ordem financeira a ser enfrentado. Em certos estados, como é o caso de Pernambuco, observam-se algumas conseqüências deste fato, com a redução da adubação e menor tratamento do solo, bem como a diminuição do uso de variedades melhoradas no plantio. Embora sem efeitos imediatos sobre a presente safra, torna-se provável o aparecimento de dificuldades futuras. Em outros estados, os produtores rurais tiveram condições de enfrentar a escassez de recursos, superando possíveis repercussões sobre o plantio. É o caso de São Paulo que, mesmo tendo nos custos financeiros um dos itens mais elevados da estrutura de custos de produção, não apresentou diminuição no consumo de adubos e outros insumos utilizados na fase anterior ao corte da cana-de-açúcar.

Em compensação às restrições financeiras enfrentadas pelo complexo agroindustrial canavieiro, o último reajuste de preços da cana, do açúcar e do álcool pareceu contentar de forma generalizada os produtores agrícolas e industriais.

O mercado internacional

A partir de 1º de janeiro de 1985, a **Organização Internacional do Açúcar** passará a desempenhar papel bem mais restrito do que aquele que exerceu até hoje, limitando-se a funcionar como central estatística e foro de debates sobre o comércio açucareiro mundial. Naquela mesma data, deixará de vigorar o **Acordo Internacional do Açúcar**, que procurou regular o comércio açucareiro mundial desde 1977. Os efeitos daí advindos não influenciarão significativamente o mercado, visto que a decisão de não-renovação do Acordo foi tomada em julho último, esvaziando qualquer significado que aquele convênio ainda poderia ter.

Será equivocado ver a crise no comércio mundial do açúcar, que perdura desde 1980, como apenas a manifestação de uma fase de depressão dentro dos movimentos cíclicos que o mercado habitualmente descreve (ver **Agroanalysis**, vol. 8, nºs 6 e 8). Pelo menos dois fatores devem ser identificados como originários de alterações estruturais no mercado: a transformação da **Comunidade Econômica Européia** de importadora em grande exportadora e a crescente substituição do açúcar por sucedâneos, em países altamente industrializados. O fato mais notável, no novo contexto, parece ser a resistência dos grandes produtores mundiais em reduzirem sua oferta, mesmo que vendendo o produto a preços inferiores aos seus custos de produção.

Nesta safra, a firma alemã **F.O. Licht** prevê um pequeno déficit da produção relativamente ao consumo. O resultado, porém, será insuficiente para reduzir, de forma significativa, os pesados estoques que se vêm acumulando nos últimos anos. Segundo a estimativa de **F.O. Licht**, a produção mundial deverá ser de 96 milhões de t, para um consumo de 97 milhões de t. Caso a previsão se confirme, o estoque final será de 38,3 milhões de t, o que equivalerá a quase 40% do consumo. Esta relação explica, por si só, o atual quadro baixista das cotações do produto nas principais bolsas que com ele negociam. No mês de novembro último, o preço médio foi de US¢ 4,39/libra-peso na **Bolsa de Nova Iorque**, o que representa um decréscimo de 49% sobre o resultado registrado há um ano atrás.

É neste panorama de baixas cotações e de ausência de um acordo internacional regulador do mercado que o governo brasileiro se vê obrigado a traçar uma nova política de exportações. Em 1984, as perspectivas de exportação estão em torno de 2,8 milhões de t, o que deve representar um faturamento aproximado de US$ 550 milhões, valor ligeiramente superior ao modesto resultado obtido no ano passado. Para 1985, o país poderá compensar os baixos preços com maiores vendas, já que não estará mais subordinado à quota que lhe cabia como signatário do **AIA**. No entanto, esta alternativa esbarra não apenas na pesada gravosidade das exportações, como também na própria dificuldade em encontrar compradores para o produto. Vale destacar: a **URSS**, que há dois anos vinha-se constituindo no principal importador do açúcar brasileiro, decidiu não mais renovar os contratos de compra com o Brasil, para 1985, em função da excelente safra de beterraba obtida nesta temporada.



Quanto ao melaço, produto destinado ao consumo animal, o Brasil mantém sua participação no mercado, devendo exportar, este ano, cerca de 600 mil t, ao preço médio de US$ 40/t **FOB.**

Este ano, também se iniciaram as exportações do chamado **mel rico**, em função do excedente de cana-de-açúcar ocorrido na atual safra. O produto, que é adquirido pelos países importadores para depois ser convertido em álcool, foi contemplado com o incentivo do **crédito-prêmio** para sua exportação, desde junho último. Sua produção possibilitou a moagem de um milhão de t de cana-de-açúcar. Por outro lado, embora sendo negociado a um preço ainda baixo, suas vendas para o exterior significaram mais uma alternativa de comercialização de um derivado da cana.

As exportações de álcool, por seu turno, poderão ultrapassar o total de 600 milhões de litros este ano, o que deverá significar uma arrecadação em torno de US$ 120 milhões, em que pese a política protecionista praticada pelo principal comprador do produto, os **Estados Unidos da América.** Os norte-americanos, que, em 1983, absorveram 60% das vendas brasileiras, mantêm uma sobretaxa de US$ 0,5/galão de álcool, pretendendo ainda aumentá-la, em 1985, para US$ 0,65/galão. Em compensação, desde julho, foi suspensa pela **Corte Estadual da Flórida** a sobretaxa de US$ 0,4/galão de álcool, que vinha sendo cobrada por aquele estado, visando a proteger os interesses dos produtores de etanol, feito a partir do milho. A isenção, obtida na justiça dos **Estados Unidos da América,** através do argumento de que os estados não podem legislar sobre matéria de competência do Executivo Federal, deverá ser estendida para os demais estados que cobram a sobretaxa.

Além da tentativa de transpor as medidas protecionistas norte-americanas, representantes dos produtores de álcool articulados com autoridades governamentais brasileiras vêm estabelecendo negociações para ampliar em larga escala as exportações de álcool para os **Estados Unidos da América.** O congresso norte-americano aprovou legislação de defesa do meio ambiente proibindo a utilização de chumbo tetra-etila misturado à gasolina, pelos seus efeitos altamente poluentes; mas sua substituição será gradual, estando prevista sua total retirada até 1995. De qualquer maneira, o fato abre a perspectiva de surgimento de um extraordinário mercado para o álcool anidro brasileiro. Com um consumo anual de 200 bilhões de litros de gasolina, a demanda de álcool carburante, dos **Estados Unidos da América,** a uma taxa de mistura de 5%, seria de 10 bilhões de litros. Considerando-se que a capacidade máxima de produção anual de álcool de milho naquele país é, hoje, de 3 bilhões de litros, torna-se evidente a necessidade de importação do álcool, para os próximos anos.



Enquanto não fica definitivamente confirmada a participação do álcool brasileiro no processo de substituição do chumbo tetra-etila, prossegue internamente a busca de novos mercados para o produto. Entre as alternativas que se apresentam, vale mencionar a possibilidade de elevação do percentual de mistura de 22% para 25% de álcool anidro à gasolina, a mistura de 5% de álcool anidro no óleo diesel e a substituição da nafta pelo etanol.

De todas, aquela que parece mais viável é a adição de álcool ao diesel, utilizado para fins carburantes. Caso esta medida seja implementada, estará criado um novo mercado de 1 bilhão de litros para o álcool anidro. As outras duas medidas vêm encontrando maiores obstáculos. Em relação ao aumento do percentual de mistura do álcool à gasolina, argumenta-se o provável aparecimento de problemas técnicos nos automóveis e redução de seu rendimento. Quanto à substituição da nafta, embora não haja problemas de natureza técnica, a medida ainda não se viabiliza economicamente, em função do subsídio concedido àquele produto.

ALGODÃO

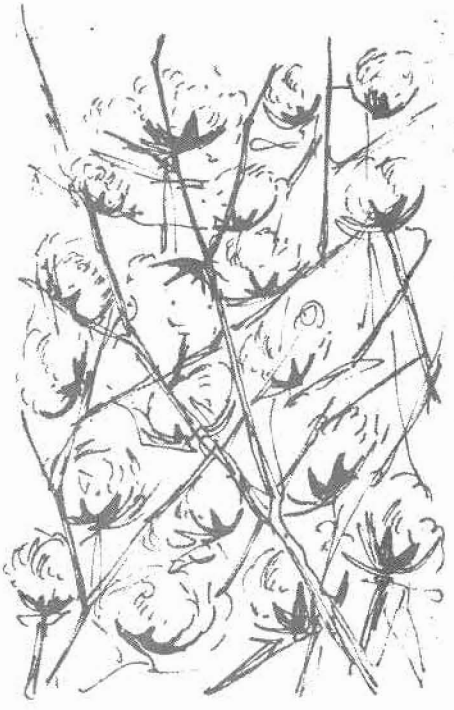
ALTOS PREÇOS E BONS RENDIMENTOS AGRÍCOLAS EM 1984 ESTIMULARAM O PLANTIO NO CENTRO-SUL, PRINCIPALMENTE EM SÃO PAULO E PARANÁ. AS PREVISÕES ATUAIS JÁ INDICAM UM RAZOÁVEL EXCEDENTE DE PRODUÇÃO PARA O PRÓXIMO ANO.

Os primeiros prognósticos da safra da região **Centro-Sul**, divulgados pelo **IBGE** e pela **CFP**, apontam um crescimento da área plantada entre 24% e 36%. As previsões de especialistas nos estados produtores indicavam expansão menos elevada, principalmente em São Paulo e Minas Gerais.

A produção do **Centro-Sul**, de acordo com a **CFP**, deverá crescer entre 26% e 31%, podendo chegar a 649 mil t de algodão em pluma (foram obtidas 478 mil t na safra 1983/84). Segundo o **IBGE**, a produção deverá expandir-se 29%, consideradas as produtividades físicas médias verificadas nas últimas safras (ver Quadro 03).

Paraná e São Paulo são os estados onde a área cultivada mais se expandiu, sendo de notar que suas participações relativas alcançam, conjuntamente, 75% da região **Centro-Sul**. Incorporaram-se mais 200 mil ha, anteriormente destinados a vários outros produtos, sobretudo soja e milho. Os demais estados da região também expandiram suas áreas de cultivo, destacando-se Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, que, juntos, estão plantando mais 55 mil ha nesta safra (ver Quadro 03).

Esta expansão teve como principal causa os altos preços vigentes em 1984, que, associados aos rendimentos agrícolas alcançados, resultaram em bons lucros para os cotonicultores (ver Gráfico 01). Vale lembrar que, mesmo em São Paulo, onde a convivência com o **bicudo** ao longo da safra foi testada pela primeira vez este ano, o rendimento



QUADRO 03 – ALGODÃO EM CAROÇO – PRODUÇÃO DA REGIÃO CENTRO-SUL – SAFRAS 1981/82 A 1984/85

	1981/82			1982/83			1983/84[1]			1984/85[2]		
ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
PR	369.500	739.000	2.000	440.000	700.000	1.591	322.124	611.865	1.899	420.000	777.000	1.850
SP	318.000	529.227	1.664	308.700	464.208	1.504	244.000	507.686	2.081	345.400	612.049	1.772
MG	99.032	82.156	830	83.414	110.908	1.330	109.138	85.273	781	137.647	131.453	955
MS	41.465	60.933	1.470	42.883	59.522	1.388	34.394	56.826	1.652	60.000	96.000	1.600
GO	39.546	66.580	1.684	37.613	80.225	2.133	46.900	93.020	1.983	67.030	129.570	1.933
MT	4.338	3.797	875	2.093	1.903	912	6.546	8.440	1.289	10.509	15.626	1.487

FONTE – IBGE.

[1] **Estimativa de outubro de 1984.**

[2] **Prognóstico referente a outubro de 1984.**

obtido foi bem maior do que a média das últimas safras (2.080 kg/ha na safra 1983/84 e 1.750 kg/ha de média).

No Paraná, embora as principais cooperativas detenham de há muito elevados estoques, gerando substanciais prejuízos, os produtores também foram beneficiados pelos altos preços pagos no início da safra (março e abril). Daí em diante, porém, as cotações declinaram sistematicamente. A queda, em termos reais, dos preços recebidos pelos produtores, a partir de abril, teve como principal causa a excelente safra que está sendo colhida na região Nordeste, que alterou completamente as perspectivas de suprimento apertado do mercado, ao longo de 1984.

A reduzida colheita em 1983/84 de algodão em pluma da região Centro-Sul (478 mil t), somada a uma safra nordestina próxima à obtida em 1983 (cerca de 80 mil t) e à inexistência de estoques, tanto em poder do governo como das indústrias, sugeriam uma situação de preços em alta e a necessidade de importações, para completar o abastecimento ao parque têxtil. Este panorama foi completamente alterado a partir de abril—maio, quando as previsões a respeito da safra da região Nordeste eram de 200 mil t de algodão em pluma e o governo federal decidiu proibir as exportações, liberando as compras no mercado externo. Quando as exportações foram liberadas, no final de junho, as cotações internacionais haviam atingido um patamar que tornou gravoso o produto brasileiro.

A quase impossibilidade de exportar (até o momento só foram vendidas no mercado externo cerca de 25 mil t do pluma), associada à entrada da safra nordestina, fez com que caíssem os preços reais, que estão atualmente muito inferiores aos do início do ano. Destaque-se que as cotações do mercado internacional tiveram também queda significativa e que, mesmo no baixo nível em que se encontram, os preços internos continuam gravosos, para exportações.

A situação de suprimento do mundo indica que as cotações se manterão mais ou menos estabilizadas, tendo em vista as boas safras obtidas na **República Popular da China, URSS** e **EUA.** Há dificuldades de exportação por parte dos **EUA** porque a valorização do dólar tornou seu produto muito caro e barateou o estrangeiro, estimulando as importações de têxteis, daí gerando excedentes, que pressionarão para baixo as cotações externas. Por isso, será muito difícil o escoamento do

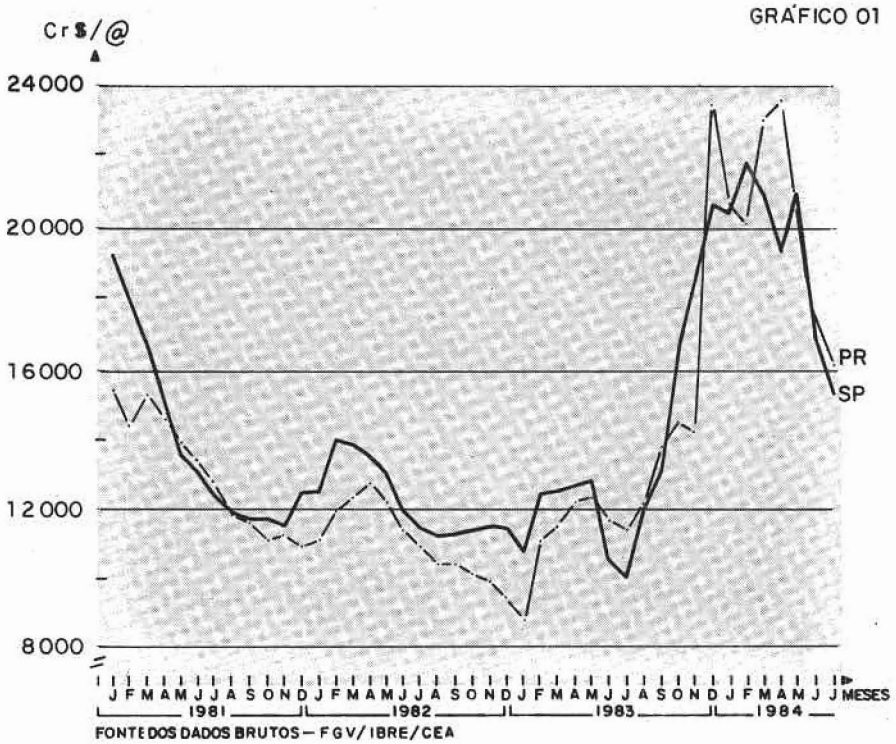
QUADRO 04 – BRASIL – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE ALGODÃO EM PLUMA – 1982–84
(1.000 t)

ANO	OFERTA				CONSUMO	EXCEDENTE	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento				
1982	117,5	680,5	0	798,0	579,8	218,2	56,2	162,0
1983	162,0	86,3	10	758,3	556,7	201,6	180	21,6
1984[1]	21,6	668	–	689,6	560	129,6	30	99,6

FONTE – CFP e Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo.
[1] **Dados estimados, sujeitos a retificações.**

ALGODÃO EM CAROÇO – PREÇOS REAIS[(1)] RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NOS ESTADOS DE SÃO PAULO E PARANÁ – MÉDIAS MENSAIS – 1981-84

GRÁFICO 01



FONTE DOS DADOS BRUTOS – FGV/IBRE/CEA
(1) Preços corrigidos para outubro de 1984 pelo IGP (col 2) – Conjuntura Econômica – FGV

algodão brasileiro para o mercado internacional, salvo se vier a ocorrer recuperação adequada durante a entressafra no Hemisfério Norte, principalmente no segundo trimestre do próximo ano.

As previsões atuais indicam que se terá um excedente razoável ao longo de 1985, pois haverá um estoque de cerca de 100 mil t no início de março e a safra que está sendo plantada agora deverá produzir em torno de 650 mil t (ver Quadro 04). Some-se a isso a produção nordestina, que, aparentemente, deverá igualar-se à obtida este ano. Assim, a disponibilidade de algodão para 1985 chegará a aproximadamente 930 mil t, para um consumo interno próximo de 600 mil t. O excedente poderá destinar-se, em parte, ao mercado externo, aliviando a pressão baixista sobre os preços internos, ou ser estocado durante o próximo ano, possivelmente pelo governo federal, especialmente se os preços de mercado se mantiverem abaixo dos preços mínimos. Estes, vigentes para a safra 1984/85 (cerca de Cr$ 25 mil/@ ao produtor), embora em termos reais sejam inferiores aos preços médios praticados em 1983/84, deverão representar ganhos superiores aos obtidos nas últimas colheitas.

QUADRO 05 – ESTADO DE SÃO PAULO – ALGUNS INDICADORES DO DESEMPENHO DA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM – 1983 E PRIMEIRO SEMESTRE DE 1983 E DE 1984

DISCRIMINAÇÃO	ANO DE 1983	1º SEMESTRE 83	1º SEMESTRE 84
		CAPACIDADE EXISTENTE[1]	
Fiações	66	66	63
Fusos instalados (1.000)	1.633	1.623	1.668
Fusos em atividade (1.000)	1.503	1.502	1.540
Fusos inativos (1.000)	121	131	127
		CONSUMO DE MATÉRIA-PRIMA (t)	
Algodão em pluma	233.226	114.167	111.655
Fibras celulósicas	1.658	847	1.463
Fibras sintéticas	14.894	7.642	8.729
Consumo total	249.778	122.656	121.847
		PRODUÇÃO EM FIOS (t)	
Algodão cardado	182.262	90.787	89.881
Algodão penteado	10.283	5.098	6.571
Total de algodão	192.545	95.885	96.452
Algodão/poliéster	21.875	9.135	11.035
Outros fios puros e mistos	9.013	6.386	6.471
Produção total	223.433	111.406	113.958

FONTE – Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

[1] No 1º semestre de 1984, foram apurados os seguintes dados relativos aos rotores (sistema "open-end"): instalados – 26.992; parados – 1.194; em atividade – 25.798. Número médio em atividade – 25.565.



". . . a indústria deverá absorver este ano uma quantidade próxima à de 1981".

No que tange ao consumo interno, após as significativas reduções ocorridas em 1982–83, a indústria deverá absorver este ano uma quantidade próxima à de 1981. No primeiro semestre de 1984, o consumo em São Paulo, principal parque têxtil do país, não apresentou recuperação (ver Quadro 05), mas o excelente desempenho das exportações e o aumento das vendas de produtos têxteis no mercado interno a partir de meados do ano terão propiciado um consumo superior ao verificado no ano passado. Da mesma forma, pode-se prever que, no próximo ano, o consumo de algodão deverá experimentar nova expansão, já que as exportações, mesmo que se reduzam um pouco, ainda serão bastante superiores às de 1983. Some-se a isso o crescimento esperado nas vendas do mercado interno, reflexo de uma possível melhoria nos níveis de emprego e de um esperado aumento dos salários reais, a partir do próximo reajustamento do salário mínimo.

ARROZ

HÁ ALGUNS ANOS, ALTERNAM-SE BOAS E MÁS SAFRAS E, MALGRADO A CONSTITUIÇÃO EVENTUAL DE ESTOQUES ELEVADOS PELO GOVERNO FEDERAL, AS IMPORTAÇÕES TÊM-SE TORNADO ROTINEIRAS. TUDO INDICA QUE OCORRERÃO MAIS UMA VEZ, EM 1985.

O recente **Prognóstico da Produção Agrícola para 1985 no Centro-Sul e Rondônia,** do **IBGE,** revela que a futura produção de arroz se manterá aproximadamente no mesmo nível da do ano passado (ver Quadro 06). Dos onze estados listados, apenas quatro (Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo) terão uma área plantada maior do que a área colhida da safra anterior.

Essa situação resulta, em linhas gerais, do temor dos agricultores quanto à vulnerabilidade das **lavouras de sequeiro,** de seu custo de produção elevado e do desempenho incerto do mercado (ver, a propósito, **Agroanalysis,** vol. 8, nº 9). A primeira condicionante adquiriu grande relevo, em razão da preponderância daquele tipo de lavoura, **de sequeiro,** ainda amplamente majoritário. É verdade que não se pode traçar, no momento, um panorama consistente das tendências do cultivo desta modalidade pois, no Maranhão, segundo estado maior produtor brasileiro, apenas a sua região Sul está plantando (e o clima já obrigou a algum replantio) e, em Goiás, a semeadura estende-se até janeiro, havendo melhores definições em dezembro.

No **plantio irrigado,** a situação é bem diferente. As lavouras catarinenses, por exemplo, foram beneficiadas por financiamentos do **Provárzeas,** no sul do estado, e deverão expandir-se. No Rio Grande do Sul, onde o **plantio de sequeiro** é insignificante,

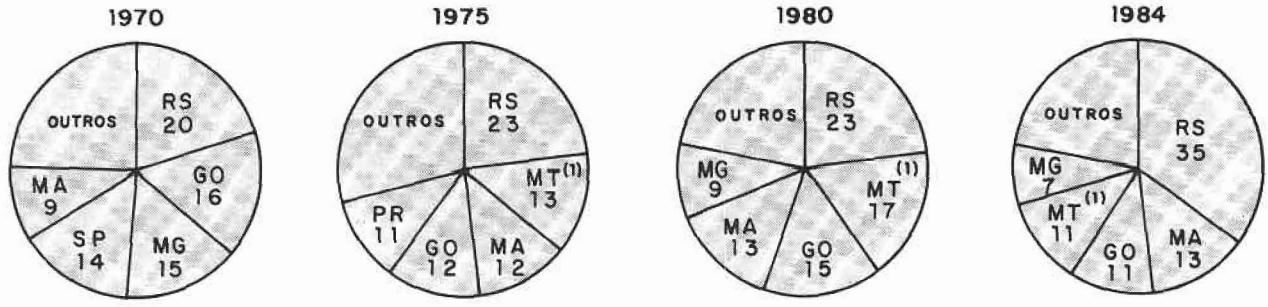
QUADRO 06 – ARROZ EM CASCA – AVALIAÇÃO DA SAFRA 1983/84 E PREVISÃO DA SAFRA 1984/85 DO CENTRO-SUL

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	1984 (colhida)	1985 (a plantar)	Δ%	1984 (obtida)	1985 (estimada)	Δ%	1984 (obtido)	1985 (estimado)	Δ%
Rio Grande do Sul	724.614	705.452	–2,6	3.119.013	3.002.637	–3,7	4.304	4.256	–1,1
Goiás[1]	1.029.500	871.880	–15,3	1.033.050	1.005.380	–2,7	1.003	1.153	14,9
Mato Grosso[1]	566.520	471.184	–16,8	661.949	625.483	–5,5	1.168	1.327	13,6
Minas Gerais	648.512	540.191	–1,5	598.142	693.065	15,9	1.090	1.283	17,7
São Paulo	341.200	334.900	–1,8	388.800	498.666	28,3	1.140	1.489	30,6
Santa Catarina	139.771	142.000	1,6	451.942	459.660	1,7	3.233	3.237	0,1
Mato Grosso do Sul	343.142	320.000	–6,7	381.649	384.000	0,6	1.112	1.200	7,9
Paraná	196.700	210.000	6,8	242.570	357.000	47,2	1.233	1.700	37,9
Rio de Janeiro	30.869	32.206	4,3	95.687	103.059	7,7	3.100	3.200	3,2
Espírito Santo	31.531	34.618	9,8	85.500	98.510	15,2	2.712	2.846	4,9
Distrito Federal	12.500	5.500	–48,0	12.170	7.800	–35,9	974	1.200	23,2
TOTAL	3.964.859	3.668.931	–7,5	7.070.473	7.235.260	2,3	1.783	1.972	10,6

FONTE – Prognóstico da Produção Agrícola para 1985, IBGE.
[1] **Colheita não encerrada.**

ARROZ EM CASCA – PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES NAS SAFRAS BRASILEIRAS – 1970, 75, 80 E 1984
(EM PERCENTAGEM)

GRÁFICO 02



(1) Inclui Mato Grosso do Sul
FONTE – IBGE.

estimado pelo **GCEA**, este ano, em apenas 32.148 ha, o atraso provocado pelas chuvas e o alagamento de grandes extensões de terras acarretaram problemas, levando à cobertura de menor superfície. Segundo a estimativa de novembro, do **GCEA**, a área plantada gaúcha será de 692.466 ha, com uma produtividade de 4.440 kg/ha.

As condições mais rudimentares do cultivo do **arroz de sequeiro** fazem com que exista uma certa impermeabilidade à sinalização do mercado, pelo menos nas regiões mais distantes. Nos estados em que a fronteira agrícola está fechada há tempos, porém, a redução do interesse pelo **arroz de sequeiro** ocorreu de forma inexorável, nos últimos anos.

Nas **lavouras irrigadas**, a obtenção de rendimentos físicos elevados permitiu uma expansão constante e o contínuo aprimoramento dos cultivares e dos sistemas de produção traçou para o **arroz irrigado** um perfil muito contrastante com o das lavouras tradicionais. O Gráfico 02 mostra a evolução da produção orizícola brasileira, desde 1970. São notáveis o ganho de posição dos arrozais gaúchos e a forte retração verificada em Minas Gerais e notadamente em São Paulo (90% das lavouras paulistas, hoje, são de **sequeiro**).

O resultado da retração do plantio na safra 1984/85 será, inevitavelmente, o déficit no abastecimento do próximo ano. Segundo o **IBGE**, o rendimento médio deverá crescer em praticamente todos os estados produtores (no **Prognóstico**, o rendimento gaúcho está projetado em 4.256 kg/ha, ou seja, 1,12% a menos do que na última safra, mas o **GCEA** estimou-o, em novembro, em 4.440 kg/ha). A produção deverá aumentar em sete dos onze estados abordados (ver Quadro 06), mas as reduções estão previstas justamente nos principais estados produtores. Antevendo problemas no atendimento à demanda interna, no segundo semestre de 1985, o **Conselho Monetário Nacional** decidiu autorizar importações da **Aladi**.

Atualmente, o mercado está tranqüilo. De acordo com uma avaliação de meados de novembro, o Rio Grande do Sul teria 883 mil t disponíveis para exportação para os demais estados, o que permitiria um fluxo mensal de 200 mil t até fevereiro, quando se inicia a colheita em muitas zonas produtoras. Pode-se atribuir a tranqüilidade do mercado à liberação dos estoques governamentais, estimados em 630 mil t e em processo de rápido esvaziamento, devido aos leilões realizados em diversas praças (em 12 de dezembro, realizou-se o primeiro leilão em São Luís, Maranhão).

Aliás, como se aventava, há semanas, a colocação do produto beneficiado dos estoques do **Irga/Seap** no Rio de Janeiro e em São Paulo, é pos-

QUADRO 07 – BRASIL – ARROZ EM CASCA – EVOLUÇÃO[1] MENSAL DOS PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES
1980–84 (Cr$/kg)

MÊS	1980	1981	1982	1983	1984
Janeiro	752,21	490,28	562,39	547,58	478,62
Fevereiro	712,27	446,67	558,46	537,98	467,98
Março	645,56	429,01	541,87	475,93	449,15
Abril	590,82	434,08	508,49	450,14	429,78
Maio	559,42	418,00	495,66	439,37	408,48
Junho	563,50	404,32	474,28	436,33	390,30
Julho	543,14	403,21	471,47	481,67	368,15
Agosto	539,20	397,60	461,94	535,46	362,40
Setembro	519,43	406,69	465,50	563,20	363,37
Outubro	508,03	430,80	467,77	532,60	355,86
Novembro	534,81	483,40	471,03	528,54	...
Dezembro	528,18	523,43	532,48	512,37	...
MÉDIA	582,88	438,96	500,70	503,43	407,31

FONTE – FGV/IBRE/Centro de Estudos Agrícolas.
[1] Corrigida pelo IGP–DI para novembro de 1984.

sível que a estimativa da disponibilidade gaúcha tenha sido otimista, para que se retardasse aquela intervenção. Não houve grandes liberações desses estoques, afinal feitas em Fortaleza, Recife, Salvador e Belo Horizonte e, em dezembro, nos dois principais centros consumidores do país (10 mil t para cada um). Este produto, vendido nos supermercados paulistas por Cr$ 1.350/kg e, nos cariocas, por Cr$ 1.420/kg, equivale a um preço, no nível do produtor, de Cr$ 24.000/50 kg (o preço básico corrigido até dezembro é de Cr$ 32.364/50 kg, para o **arroz irrigado** e Cr$ 32.666, para o de **sequeiro**).

A expectativa reinante no mercado é de que a contenção forçada das cotações se atenue no final do mês de dezembro, propiciando alguma recuperação em janeiro e fevereiro. Isto porque, a seguir, entrarão as primeiras partidas da nova safra e não se sabe como estará a disponibilidade de recursos do governo federal.

Os Quadros 07, 08 e 09 apresentam a evolução mensal dos preços nos diversos níveis da comercialização, desde 1980, corrigida pelo **Índice Geral de Preços—DI** para o último mês de novembro. Pode-se ver que, em nenhum dos três segmentos, este ano apresentou qualquer destaque. No varejo, apenas o ano de 1981, em razão dos grandes estoques (mais de 2 milhões de t) montados a partir da safra recorde de 1980, registrou um desempenho inferior. No atacado, o ano de 1984 foi o de preços mais baixos, comparativamente aos outros anos do qüinqüênio. No nível do produtor, a discrepância também é bastante acentuada, justificando toda a movimentação reivindicatória, iniciada no Rio Grande do Sul e propagada pelo Centro-Oeste.

Cabe registrar que o período em pauta apresenta características *sui generis*, marcado por uma crise econômica possivelmente sem precedentes, que afetou profundamente toda a sociedade, acarretando, entre outras coisas, uma retração ainda não dimensionada da cesta básica de alimentos. A queda do consumo do arroz impediu que ocorressem maiores altas de preços, esperadas em pelo menos três anos do período, pois a produção vem alternando boas e más safras, há algum tempo. Para 1985, supõe-se que o consumo se situe entre 9 milhões de t e 9,2 milhões de t e, como a atual safra não deverá ultrapassar a precedente e os estoques oficiais estão previstos em torno de 400 mil t no início do ano, apenas as importações poderão assegurar um abastecimento sem inquietação. Evidentemente, todos estes números são preliminares e a situaçao poderá diferir sobremaneira da que atualmente se supõe. A recém-iniciada polêmica sobre a futura política salarial e a inevitabilidade de uma descompressão sobre os ganhos do trabalho demonstram que há grandes problemas a merecer grandes definições.

QUADRO 08 – ARROZ – EVOLUÇÃO[1] MENSAL DOS PREÇOS NO VAREJO NA CIDADE DE SÃO PAULO – 1980–84
(Cr$/kg)

MÊS	1980	1981	1982	1983	1984
Janeiro	1.875	1.340	1.584	1.575	1.397
Fevereiro	1.843	1.215	1.581	1.648	1.312
Março	1.599	1.188	1.551	1.444	1.269
Abril	1.653	1.217	1.473	1.391	1.228
Maio	1.594	1.221	1.459	1.286	1.243
Junho	1.585	1.183	1.413	1.320	1.204
Julho	1.556	1.190	1.393	1.480	1.231
Agosto	1.449	1.175	1.412	1.680	1.264
Setembro	1.417	1.212	1.372	1.587	1.195
Outubro	1.454	1.238	1.345	1.541	...
Novembro	1.436	1.265	1.395	1.405	...
Dezembro	1.409	1.385	1.475	1.312	...
MÉDIA	1.572	1.236	1.454	1.472	1.260

FONTE – IEA.
[1] Corrigida pelo IGP–DI para novembro de 1984.

QUADRO 09 – ARROZ AGULHINHA – EVOLUÇÃO[1] DOS PREÇOS NO ATACADO NA CIDADE DE SÃO PAULO – 1980–84
(Cr$/60 kg)

MÊS	1980	1981	1982	1983	1984
Janeiro	94.489	68.407	92.044	83.029	65.697
Fevereiro	85.809	62.830	96.136	80.445	71.435
Março	79.109	67.237	91.863	72.799	66.178
Abril	74.828	68.512	91.476	68.772	62.000
Maio	72.221	66.108	88.978	68.029	61.661
Junho	76.885	64.289	84.465	72.796	57.886
Julho	71.076	65.272	78.338	75.005	61.784
Agosto	71.393	65.734	74.504	78.199	57.880
Setembro	76.745	65.875	72.290	76.506	60.613
Outubro	76.857	68.349	73.617	70.232	...
Novembro	71.467	71.490	76.792	64.655	...
Dezembro	66.502	82.315	80.366	61.853	...
MÉDIA	76.448	68.035	83.406	72.693	62.793

FONTE – Simag, IEA.
[1] Corrigida pelo IGP–DI para novembro de 1984.

MILHO

COMO A MAIORIA DOS QUE SE DEDICAM ÀS CULTURAS DE ABASTECIMENTO INTERNO, OS PRODUTORES DE MILHO NÃO ESTÃO CONSEGUINDO OBTER OS RECURSOS NECESSÁRIOS AO PLANTIO. SENDO ASSIM, ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS VÊM REFAZENDO AS ESTIMATIVAS DA SAFRA ENQUANTO AS INDÚSTRIAS, ANTECIPANDO UMA CRISE DE OFERTA, JÁ BUSCAM AUMENTAR SEUS ESTOQUES.

A safra 1983/84 (**IBGE**) deverá situar-se em 21 milhões de t, resultantes de uma área colhida da ordem de 12 milhões de ha. O Centro-Sul concentrará 91% da produção. O desempenho do Norte-Nordeste será 267% superior ao do ano agrícola anterior, com uma colheita de 1,8 milhão de t (ver Quadro 10).

Na primeira previsão da safra 1984/85 para o Centro-Sul, o **IBGE** admite que a área a ser plantada deverá ser 3,6% menor do que os 9,3 milhões de ha de 1983/84. A expectativa de que o rendimento físico melhore em 4% possibilita uma previsão de safra semelhante à do ano passado.

A partir de meados de outubro, algumas áreas produtoras do Centro-Sul (particularmente de São Paulo e Minas Gerais) foram atingidas por uma estiagem, que interrompeu ou atrasou o plantio.

Há insistentes referências à situação dos produtores de milho, assim como à da maioria daqueles que se dedicam às culturas de abastecimento interno. Encontram-se descapitalizados e, porque lhes foi cortado o crédito subsidiado que obtinham, estão impossibilitados de investir os recursos necessários ao plantio sob técnicas recomendadas. Muitos agricultores devem ter tido dificuldades em realizar o replantio, pois foram obrigados a utilizar sementes próprias e a aplicar menos adubos e tratos culturais, em detrimento, como é óbvio, dos resultados finais.

Diante desse quadro, vários órgãos estaduais e federais vêm refazendo as estimativas da safra. No Rio Grande do Sul, antes mesmo da leve estiagem que afetou o plantio, já era esperada uma redução de 6% da área plantada, mas agora se admite que venha a situar-se entre 85% e 90% dos 1,9 milhão de ha semeados em 1983/84 e que o rendimento se mantenha igual ao do ano anterior. Atualmente, a

QUADRO 10 – BRASIL – MILHO – ESTIMATIVAS DE ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DA SAFRA 1983/84

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Paraná	2.447.000	5.400.000	2.207
Rio Grande do Sul	1.883.224	3.567.360	1.894
São Paulo	1.220.100	2.901.000	2.378
Minas Gerais	1.539.252	2.565.183	1.667
Santa Catarina	936.131	2.345.209	2.505
Goiás	777.570	1.721.250	2.214
Mato Grosso	206.683	340.449	1.647
Pernambuco[1]	378.660	295.355	780
Maranhão[1]	467.873	264.971	566
Mato Grosso do Sul	128.716	262.220	2.037
Ceará	422.300	257.603	610
Espírito Santo	133.796	213.852	1.598
Paraíba	298.025	196.976	661
Rondônia	107.752	158.912	1.475
Pará[1]	145.392	158.669	1.091
Piauí	262.034	157.429	601
Rio Grande do Norte	163.446	86.138	527
Bahia[2]	443.526	84.177	190
Sergipe[1]	87.018	74.922	861
Rio de Janeiro	45.875	67.069	1.462
Alagoas[1]	99.188	54.289	547
Acre	21.620	26.808	1.240
Roraima[1]	7.366	6.106	829
Distrito Federal	3.000	4.684	1.561
Amazonas	1.077	1.730	1.606
Amapá	1.129	701	621
BRASIL	12.227.153	21.213.062	1.735

FONTE – IBGE.

[1] **Área plantada; produção e rendimento médio esperados.**

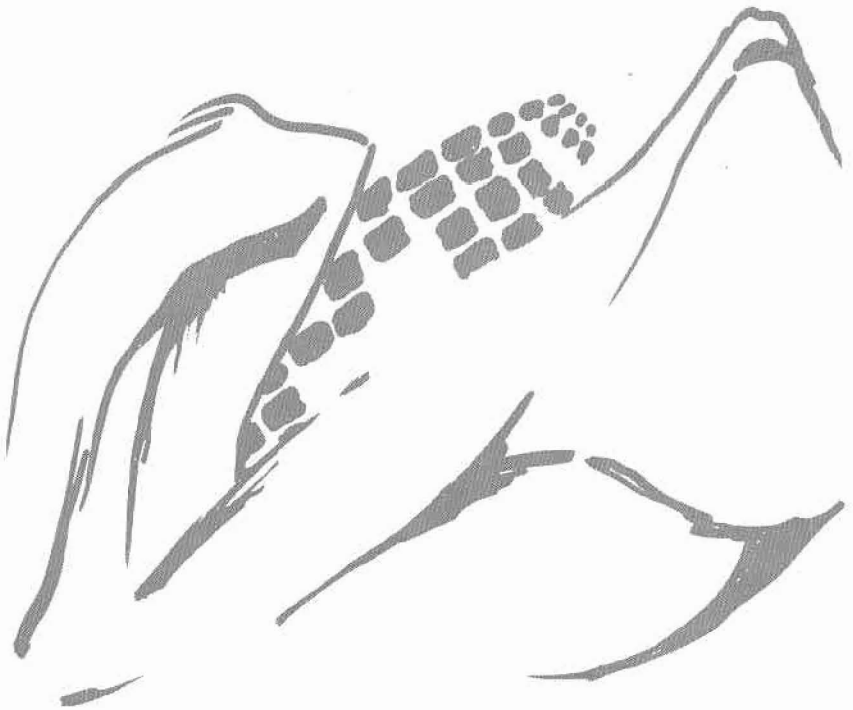
[2] **1ª safra + 2ª safra, estimativas preliminares.**

lavoura encontra-se na fase de floração, e, em algumas áreas, a precipitação pluviométrica vem sendo insuficiente para garantir bom desenvolvimento às plantações.

Em Santa Catarina, tem havido regularidade do clima, é tida como boa a lucratividade da suinocultura e há estabilidade da avicultura de exportação. O milho é uma das poucas opções de plantio, considerando-se a topografia catarinense e a estrutura fundiária da porção Oeste do estado, caracterizada por pequenas propriedades. Com base nessas condicionantes, a **Cepa** catarinense indica que a área plantada deverá igualar-se aos 936 mil ha de 1983/84, sendo que no Oeste e no Norte o plantio já cobre, respectivamente, 90% e 60% da área. A despeito da irregularidade pluviométrica, que atrasou ou dificultou a semeadura, são consideradas boas as condições atuais de desenvolvimento da planta, o que faz crer que poderá haver repetição do rendimento verificado na safra passada.

A forte seca observada em fins de outubro e início de novembro, no interior de Minas Gerais, prejudicou a germinação do cereal, já semeado em 50% da superfície prevista. Os maiores danos verificaram-se em áreas importantes, tais como o Triângulo e o Sul do estado, onde grande parte dos agricultores foi levada a optar pelo plantio atrasado ou pela substituição por arroz ou soja. Desta maneira, a área plantada com milho deverá ser inferior à de 1983/84, bem mais do que a redução de 3% inicialmente prevista, podendo chegar a menos 10%. Também não se espera nenhuma melhoria no rendimento físico.

O **Departamento de Economia Rural (Deral)** do Paraná prevê uma área plantada com milho de 2,2 milhões de ha, praticamente confirmando as primeiras estimativas do **IBGE**. O Norte paranaense, em meados de novembro, já estava totalmente semeado. Os ataques de lagartas registrados em algumas regiões foram considerados problemas isolados.



No caso de São Paulo, o **IEA** dá conta de que a redução na área, prevista em 1,5% inicialmente, será maior, estimando-se que chegue a menos 5%. Isto porque a estiagem, que castigou determinadas áreas, não só causou atraso no plantio como, também, a exemplo do observado em Minas Gerais, levou muitos agricultores a preferirem a soja, que ainda podia ser cultivada no prazo recomendado. Em termos de rendimento físico, os danos causados pela seca serão consideráveis, principalmente nas áreas replantadas.

De acordo com essas informações, estima-se que a área semeada nesses cinco estados deva situar-se em cerca de 7,3 milhões de ha (–9,8% do que em 1983/84) e a produção conjunta, em cerca de 15,5 milhões de t, o que representaria quase 8% a menos do que as 16,8 milhões de t colhidas em 1983/84. Sendo esses cinco estados responsáveis por cerca de 80% da produção, pode-se prever que a colheita total ficará abaixo, embora próxima, de 20 milhões de t. Paralelamente, o prejuízo e o retardamento da colheita da chamada **safrinha** (que ocorre em janeiro) induziram a movimentação das indústrias que, antecipando crise de oferta no início de 1985, buscaram aumentar seus estoques. No começo de dezembro, o **Conselho Monetário Nacional** autorizou a importação de 200 mil t de milho, numa tentativa de evitar o estrangulamento do mercado no curto prazo. No entanto, compras deste montante são insuficientes para compensar, ainda que parcialmente, a quebra da **safrinha**, pois que esta normalmente representa cerca de 10% da safra total. A disponibilidade atual de milho é de mais ou menos 1 milhão de t, em sua quase totalidade em poder de particulares.

". . . o **CMN** *autorizou a importação de 200 mil t . . ."*

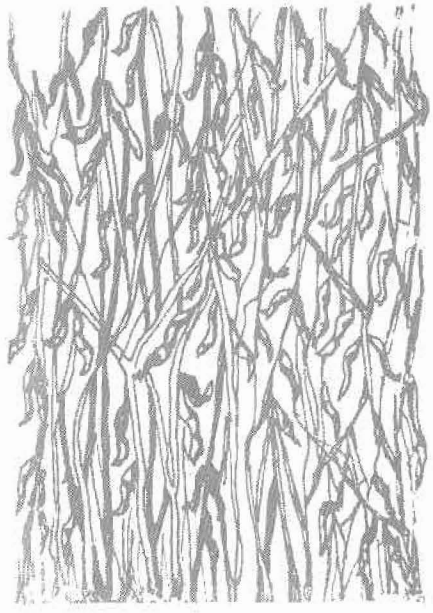
SOJA

A GARANTIA DE FUTURA CORREÇÃO DE PREÇOS NO MERCADO EXTERNO, POR CERTO, INCENTIVA A EXPANSÃO DO CULTIVO DE SOJA NOS ESTADOS CENTRAIS E NO NORDESTE. POR OUTRO LADO, A ESCASSEZ E O ENCARECIMENTO DOS RECURSOS DE CUSTEIO SÃO CARACTERÍSTICAS MARCANTES DA SAFRA 1984/85.

Desde fins de novembro, tornaram-se disponíveis as primeiras estimativas oficiais do plantio de soja da próxima safra. Os dados, tanto do **IBGE** quanto da **CFP**, apontam um crescimento da ordem de 3% em relação à área plantada em 1983/84 (ver Quadro 11). Como de costume, essa elevação provém de aumentos substanciais do plantio no Centro-Oeste e em Minas Gerais. Aliás, a tendência à expansão do cultivo em áreas novas, nos estados centrais e no Nordeste está consolidada. O Quadro 12 apresenta a evolução da área colhida da sojicultura nos últimos anos, permitindo ver seu crescimento fora dos estados sulinos.

Segundo o **IBGE**, a área cultivada de Mato Grosso deverá crescer nada menos do que 32%, atingindo 712 mil ha. Da mesma forma, estima-se que os plantios em Goiás e Minas Gerais devam aumentar, respectivamente, 11% e 16%, alcançando 650 mil ha e 385 mil ha.

Essas estimativas tornam-se mais expressivas quando confrontadas com o espaço ocupado no Centro-Oeste há apenas quatro safras. Efetivamente, em 1980, a área cultivada nos estados centrais era de 1,1 milhão de ha enquanto, em 1984/85, o total do plantio nos mesmos estados deverá atingir 3 milhões de ha, quase 1/3 do total do país.



QUADRO 11 – BRASIL – SOJA EM GRÃO – ESTIMATIVAS DE ÁREA[1], PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DA SAFRA 1983/84

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Rio Grande do Sul	3.641.813	5.415.494	1.487
Paraná	2.177.900	4.121.000	1.892
Mato Grosso do Sul	1.179.429	2.002.635	1.698
Mato Grosso	538.269	1.050.195	1.951
São Paulo	480.000	864.000	1.800
Goiás	583.160	861.150	1.477
Santa Catarina	420.216	578.763	1.377
Minas Gerais	331.062	551.331	1.665
Distrito Federal	30.000	51.990	1.733
Bahia	27.627	35.912	1.300
Maranhão	4.288	7.649	1.784
BRASIL	9.413.764	15.540.119	1.651

FONTE – IBGE.
[1] Estimativas de área colhida para todos os estados, salvo Minas Gerais.

Em relação às regiões Sul e Sudeste, prevêem-se ligeiros decréscimos no Paraná e Santa Catarina e crescimentos de cerca de 1%, tanto em São Paulo, quanto no Rio Grande do Sul. No total, estima-se que a área alcance 9,7 milhões de ha e que a produção se aproxime dos 16,9 milhões de t, supondo que as produtividades físicas médias estaduais, exceto em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cresçam em relação a 1984.

Contudo, há de se considerar que a safra 1984/85 vem-se caracterizando não só pela escassez como pelo encarecimento dos recursos de custeio, ao mesmo tempo que o plantio foi atrasado por falta de chuvas em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Sul.

QUADRO 12 – BRASIL – SOJA – EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA – 1973 A 1983
(1.000 ha)

REGIÃO	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
SUDESTE	224	383	467	474	549	671	653	723	729	745	728	811
Minas Gerais	23	48	76	80	100	112	117	162	186	229	258	331
São Paulo	202	335	391	394	449	559	536	561	543	516	470	480
SUL	3.245	4.475	5.107	5.719	6.041	6.511	6.848	6.919	6.567	6.085	5.784	6.240
Paraná	818	1.340	1.632	2.083	2.200	2.349	2.340	2.411	2.268	2.100	2.022	2.178
Santa Catarina	209	365	361	339	351	409	475	520	484	445	359	420
Rio Grande do Sul	2.218	2.770	3.113	3.296	3.490	3.754	4.032	3.988	3.816	3.540	3.403	3.642
CENTRO-OESTE	146	285	2.498	224	480	596	754	1.130	1.203	1.372	1.618	2.301
Mato Grosso do Sul	...	...	...	...	...	494	580	807	777	843	925	1.179
Mato Grosso	86	175	194	191	412	6	19	70	120	194	302	538
Goiás	60	110	56	33	68	97	153	246	290	318	371	583
TOTAL	3.615	5.143	5.824	6.417	7.070	7.782	8.256	8.774	8.501	8.202	8.136	9.414

FONTE – IBGE.
NOTA – O total inclui Maranhão, Bahia e Distrito Federal.

Se, por um lado, inexistem fundamentos, até agora, para que se prevejam reduções da produtividade física média, não há também razões para se cogitar de que sejam conseguidos os melhores resultados em todas as regiões. Dessa forma, os números projetados oficialmente talvez se mostrem superestimados, mas, mesmo assim, é possível que a safra supere os 15,5 milhões de t que o **IBGE** registra como colhidos em 1984.

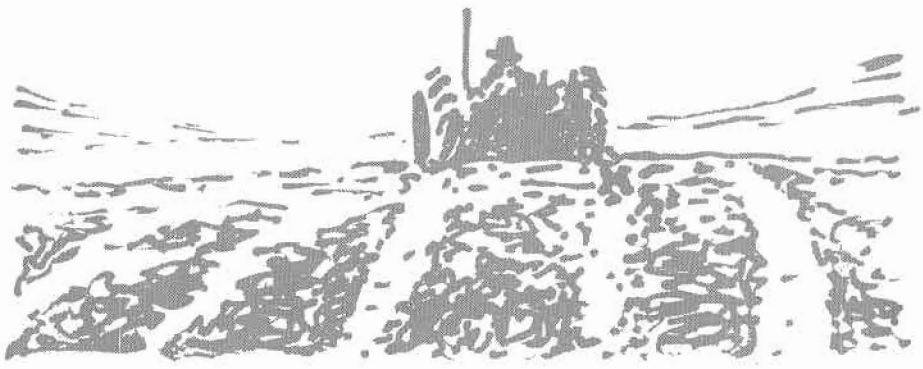
A produção de 1985 dependerá, evidentemente, das condições climáticas dos próximos meses, mas é interessante ressaltar o fato de a soja ainda continuar sendo uma opção atraente de cultivo, em comparação com as demais lavouras de verão, especialmente no caso do arroz e do milho, que deverão apresentar decréscimos de área na safra 1984/85.

Para o plantio da soja, há de ter pesado a garantia de futura correção de preços, por ser um produto **de mercado externo.** Mesmo com as cotações internacionais flutuando livremente, sabe-se que se manterá um patamar mínimo, abaixo do qual os preços da soja dificilmente cairão.

No momento, as cotações externas encontram-se bastante deprimidas, em torno dos US$ 6/**bushel**, nível considerado, por alguns analistas, como um piso, pois quedas ainda mais expressivas aproximariam muito os preços dos custos de produção norte-americanos. Para o atual ano comercial, porém, as perspectivas de preços são menos atraentes do que em 1983/84. O **USDA** está projetando preços médios ao produtor norte-americano ao redor dos US$ 6,60/**bushel** (US$ 7,75 no ano anterior).

Os fatores que vêm mantendo baixas as cotações do **grão** e do **farelo** não são novos: dólar norte-americano fortalecido na Europa e fraca demanda pelos farelos proteínicos. Quanto ao **óleo**, uma oferta apertada do conjunto dos óleos vegetais torna seus preços relativamente fortes. Conforme se observa no Quadro 13, os preços do **grão** e do **farelo** apresentavam-se, nos últimos meses, bem abaixo do patamar de outubro/novembro de 1983 e as cotações do **óleo** têm-se mantido em torno US$ 700/t, preço vigente em Roterdã entre outubro de 1983 e março de 1984.

Espera-se, no entanto, que uma



QUADRO 13 – SOJA – COTAÇÕES DO GRÃO, FARELO E ÓLEO EM ROTERDÃ – 1983/84 (US$/t)

MÊS	GRÃO	FARELO	ÓLEO
Outubro/83	329	289	687
Novembro	324	281	652
Dezembro	311	271	644
Janeiro/84	305	255	692
Fevereiro	293	243	669
Março	314	252	720
Abril	315	236	772
Maio	338	226	914
Junho	308	210	844
Julho	270	191	697
Agosto	261	180	679
Setembro	245	171	694
Outubro	245	181	679

FONTE – OIL WORLD.

oferta aparentemente mais folgada de óleo de palma venha a reverter o atual quadro, que se mantém há mais de um ano: preços firmes de **óleo** e fracos de **farelo**. Aguarda-se, também, uma recuperação nas cotações do **farelo**, que depende, em última instância, de um aumento, tanto nos **EUA** quanto na **CEE**, dos rebanhos e da conseqüente maior procura por rações.

Internamente, a demanda por **farelo** apresentou uma queda expressiva em 1984. Entre fevereiro e outubro de 1983, foram consumidas 1,8 milhão de t de **farelo**, enquanto, no mesmo período de 1984, esse consumo foi de 1,5 milhão de t, segundo dados da **Abiove**.

O desempenho do **complexo soja** pode ser avaliado, também, através da evolução dos estoques finais de **grão**, **farelo** e **óleo** em outubro de 1984, comparado com anos anteriores. No caso do **grão**, sempre de acordo com a **Abiove**, em poder de indústrias e cooperativas processadoras havia, naquele mês, 940 mil t (1,5 milhão em 1983 e 2,1 milhões em 1982). Registravam-se 882 mil t de farelo (755 mil em 1983 e 718 mil em 1982). Quanto ao óleo, dispunha-se de apenas 156 mil t, enquanto, um ano antes, havia 227 mil t e algo em torno de 300 mil em 1981 e em 1982.

Esses resultados decorrem de maiores exportações de **óleo** e menores de **farelo** (em relação a 1983), como conseqüência dos preços vigentes no mercado internacional.

Em termos de receita de exportação, não se pode deixar de registrar a decepção quanto à contribuição do **complexo soja** para a **balança comercial**. Dos US$ 3,5 bilhões considerados factíveis há um ano, dever-se-á arrecadar algo em torno dos US$ 2,6 bilhões, com a venda ao exterior de **soja em grão**, **farelo** e **óleo**.

Esse valor é praticamente igual ao obtido em 1983, com quantidades vendidas semelhantes, o que significa que, por diversas razões, deixou-se de aproveitar a vertiginosa alta de preços ocorrida durante o último ano no mercado internacional de oleaginosas.



PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

1

ABASTECIMENTO

A **Portaria nº 93,** de 16/11/84, da **Sunab**, fixa os preços para venda do pão francês nos estados de Goiás, São Paulo, Pará e Minas Gerais (exceto nos municípios das respectivas capitais e outros relacionados) em Cr$ 100/50 g e em Mato Grosso (com as mesmas exceções) em Cr$ 140/50 g (**Diário Oficial** de 20/11/84).

Posteriormente, a **Portaria nº 95,** de 12/12/84, da **Sunab,** voltou a reajustar aqueles preços para Cr$ 115/50 g e Cr$ 160/50 g, respectivamente (**Diário Oficial** de 14/12/84).

AÇÚCAR

A **Circular nº 898,** de 16/11/84, do **Banco Central do Brasil,** esclarece que os financiamentos para a comercialização de açúcar e álcool da safra 1984/85 (ver **Agroanalysis,** vol. 8, nº 10, outubro de 1984) poderão ser realizados com base no preço oficial do produto na data de concessão do crédito. Informa, também, que o mel rico invertido poderá ser objeto de financiamento nas mesmas condições (**Diário Oficial** de 19/11/84).

O **Ato nº 69/84,** de 12/11/84, do **Instituto do Açúcar e do Álcool,** dispõe sobre as normas de implantação do sistema de pagamento de cana de fornecedores pelo teor de sacarose e pureza no Espírito Santo (**Diário Oficial** de 23/11/84).

O **Ato nº 70/84,** de 07/12/84, do **IAA,** reajusta em 9% o volume total de álcool a ser produzido, na safra 1984/85, nas usinas e destilarias autônomas da região Norte/Nordeste.

Em abril deste ano, o **IAA** tinha autorizado a produção de 1,6 milhão de litros de álcool na região (ver **Agroanalysis** vol 8, nº 5, maio de 1984) ressalvando que, oportunamente, esse volume poderia ser alterado. Pelo presente **Ato,** foi autorizada a produção de 1,7 milhão de litros, dos quais 331 mil litros de álcool anidro e 1,4 milhão de litros de álcool hidratado.

O **Ato** estipula, ainda, que no caso de futuro reajuste na produção autorizada de açúcar, serão beneficiadas prioritariamente as usinas que estiverem com suas destilarias anexas lotadas (**Diário Oficial** de 14/12/84).

ALGODÃO

O **Comunicado Derur nº 816,** de 16/11/84, informa a prorrogação por trinta dias após o vencimento, dos **EGF's** vencidos ou vincendos a partir de 1º/10/84 (**Diário Oficial** de 21/11/84). Nestes casos, o agente financeiro deverá calcular novamente a quantidade de algodão que deverá permanecer vinculada à operação, em função do saldo devedor (inclusive encargos financeiros) e do preço mínimo reajustado em 108%.

Na verdade, este aumento não implica propriamente um reajuste do preço mínimo a ser pago ao produtor. Trata-se de uma fórmula encontrada pelas autoridades econômicas para permitir que os produtores liberem parte de seus estoques, apesar dos preços desfavoráveis vigentes no mercado.

CAFÉ

A **Resolução nº 12,** de 23/11/84, do **Instituto Brasileiro do Café,** determina a obrigação para as indústrias de torrefação e moagem de café de venderem diretamente ao consumidor final o produto a preços de atacado. O prazo para a instalação dos postos de varejo é até 31/12/84, e as indústrias que não o fizerem terão impedido o acesso aos benefícios de programas de apoio do **IBC** (**Diário Oficial** de 30/11/84).

A **Resolução nº 43/84,** de 11/12/84, do **IBC,** fixou os preços mínimos para os embarques de café a serem realizados no mês de janeiro de 1985. O preço dos cafés do **tipo 6** para melhor, bebida isenta de gosto **Rio Zona,** é de US$ 1,33/libra-peso, quando embarcados pelo porto de Santos, e US$ 1,32/libra-peso, quando os embarques forem feitos pelos portos de Paranaguá, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Ilhéus e Recife. Os cafés do **tipo 7** para melhor, bebi-

da **Rio Zona**, embarcados pelos portos do Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Ilhéus e Recife, terão piso de US$ 1,28/libra-peso e os do **tipo 7/8** para melhor, da variedade **Robusta Conillon** embarcados pelos mesmos portos, US$ 1,27/libra-peso.

A **Resolução nº 44/84**, de 11/12/84, do **IBC**, fixou em US$ 68/saca a quota de contribuição para as exportações de café em operações com embarques entre 12/12/84 e 31/01/85.

IMPORTAÇÕES

A **Resolução nº 972**, de 07/12/84, do **Banco Central do Brasil**, reduz para zero a alíquota do **IOF** incidente na liqüidação de operações de câmbio em pagamento de importações de até 200 mil t de milho em grão, com casca, a serem compradas pela **CFP** através de licitação pública, com pagamento em moeda nacional e utilizando recursos da **Política de Garantia de Preços Mínimos.**

A **Resolução nº 973**, de 07/12/84, do **Banco Central do Brasil**, reduz para zero a alíquota do **IOF** incidente na liqüidação de operações de câmbio decorrentes da importação de arroz (em grão, com casca ou sem casca, branqueado ou estufado) originário de países membros da **Aladi**, no interesse da **Política de Abastecimento do Governo Federal.**

A **Resolução nº 977**, de 07/12/84, do **Banco Central do Brasil**, reduz para zero a alíquota do **IOF** incidente na liqüidação das operações de câmbio para pagamento de importações de peles de caprinos e ovinos, quando realizadas por indústrias de curtimento e/ou processamento, calçadistas e afins e por empresas comercial-exportadoras (**Diário Oficial** de 10/12/84).

Em 13/12/84, o **Conselho Monetário Nacional** realizou sua última reunião do corrente ano. Como ocorre tradicionalmente, foi aprovado o **Orçamento Monetário** para o ano seguinte e referendaram-se diversas medidas tomadas nos últimos meses, *ad referendum* do Conselho.

Em suas linhas gerais, o novo **Orçamento** prossegue a tentativa de combater a inflação através da contenção monetária, ao tempo em que introduz algumas modificações importantes, como a limitação das funções que o **Banco do Brasil** exercia tradicionalmente como autoridade monetária. Pelo novo **Orçamento**, a base monetária passará a ser constituída pelo papel-moeda em circulação e pelas reservas bancárias dos bancos comerciais e do **Banco do Brasil**. Anteriormente, os depósitos à vista do **Banco do Brasil** faziam parte da base monetária. Desaparecerá assim a conta movimento, embora o **Banco do Brasil** continue a exercer sua função de caixa do **Tesouro**, tal como previsto em lei. A partir de 1985, o **Banco** passará a usar as transferências do **Tesouro Nacional**, através de uma linha especial de suprimento, quando atuar como agente de operações típicas de governo.

A programação monetária para 1985 prevê uma expansão anual de 60% na base monetária (para 1984, previa-se uma expansão de 50%, mas até outubro de 1984 a variação, em doze meses, dos saldos-base já estava em 109%, segundo a revista **Conjuntura Econômica**). A expansão da oferta de moeda também deverá ser de 60% e o montante da transferência de recursos do **Orçamento Fiscal** para o controle monetário deverá alcançar Cr$ 42 trilhões, o que representa um crescimento significativo: em 1984 tais transferências foram estimadas em apenas Cr$ 5,8 trilhões.

PESTE SUÍNA

O **Ato Administrativo** de 05/12/84, da **Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária** do **Ministério da Agricultura** declara o país livre da peste suína africana (**Diário Oficial** de 05/12/84).

Em 1978, apareceram diversos focos da doença, que levaram ao sacrifício criações inteiras e prejudicaram sensivelmente as exportações de carne suína, que começavam a se expandir. Nos anos seguintes, foram tomadas diversas medidas de combate à doença e se discutiu intensamente se de fato teria ocorrido tal surto. Aliás, exames realizados por técnicos da **FAO** em material enviado concluíram, em 1979, pela não-ocorrência do mal no país. No entanto, embora a partir de novembro de 1981 não se tenha constatado nenhum caso clínico da peste, as exportações de carne suína não se recuperaram.

TRIGO

A **Portaria nº 94**, de 30/11/84, da **Sunab**, fixa em Cr$ 647.646/t o preço de aquisição do trigo da safra de 1984 durante o mês de dezembro (**Diário Oficial** de 04/12/84).

A **Portaria nº 96**, de 13/12/84, da **Sunab**, reajusta os preços de venda aos moinhos do trigo em grão e os preços da farinha (**Diário Oficial** de 14/12/84). Estes preços tinham sido reajustados no mês anterior (ver **Agroanalysis** vol. 8, nº 11, novembro de 1984). O Quadro 14 apresenta os percentuais de tais reajustes. O percentual vigente para a farinha para usos não alimentícios também se aplica às farinhas de trigo comum e especial para fins de devolução do subsídio, no caso das exportações de produtos que contenham trigo.

Em 1984, os preços da venda aos moinhos e da farinha de trigo foram reajustados quatro vezes (em fevereiro, julho, outubro e dezembro). No ano anterior, houve três reajustes (em fevereiro, junho e setembro).

QUADRO 14 – BRASIL – PREÇO DE AQUISIÇÃO DO TRIGO NACIONAL, PREÇO DE VENDA AOS MOINHOS DO TRIGO EM GRÃO E PREÇOS DA FARINHA DE TRIGO

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	PREÇOS EM DEZ/84	VARIAÇÃO % EM RELAÇÃO A JUL/84–SET/83	
Aquisição do trigo nacional	Cr$/t	647.646	24	328
Venda do grão aos moinhos	Cr$/t	421.880	30	327
Farinha de trigo				
Comum	Cr$/50 kg	30.604	35	343
Especial	Cr$/50 kg	39.170	35	343
Para fins não alimentícios	Cr$/50 kg	42.507	13	315
IGP–DI[1]	–	–	51	287

FONTE – Sunab (diversas portarias) e Conjuntura Econômica.
[1] Calculado com base no IGP–DI do mês de novembro.

2

AS CONTAS AGRÍCOLAS NO ORÇAMENTO MONETÁRIO

No que se refere à agricultura, o **Orçamento Monetário** prevê que o saldo das aplicações na política de preços mínimos apresentará desembolsos crescentes até julho, quando será de Cr$ 1,72 trilhão (previsão em 1984: Cr$ 1,221 trilhão); a partir daí, haverá decréscimo até atingir Cr$ 1,182 trilhão, em 1984.

Prevê o **Orçamento** que o consumo industrial de trigo, em 1985, será de 6,2 milhões de t, das quais 5 milhões importadas. Isto deverá implicar em despesas de Cr$ 704 bilhões, mesmo admitindo-se o prosseguimento da retirada gradual do subsídio. Para 1984, o **Orçamento** previa a retirada total do subsídio ao consumo de trigo até meados do ano, o que se mostrou inexeqüível, e um desembolso líquido de Cr$ 554 bilhões.

Para a comercialização do açúcar, está previsto um desembolso líquido de Cr$ 2,238 trilhões com equalização de custos e gravosidade do produto destinado ao mercado internacional.

Também está prevista a alocação líquida de Cr$ 974 bilhões para o **Proálcool** (previsão para 1984: Cr$ 687 bilhões).

Os recursos para as operações de redesconto e aquisição do café deverão ser de Cr$ 347 bilhões (Cr$ 292 bilhões em 1984).

O **Orçamento** destina também Cr$ 495 bilhões para a estocagem de carne, arroz, milho, feijão, soja e produtos lácteos.

Para os **Programas de Desenvolvimento Regional** o **Orçamento** prevê: **Projeto Sertanejo**, Cr$ 40 bilhões; **Polonordeste**, Cr$ 40 bilhões; **Prohidro**, Cr$ 41 bilhões; **Procanor**, Cr$ 160 milhões; **Polamazônia**, Cr$ 20 bilhões; **Polobrasília**, Cr$ 35 bilhões.

Outras Medidas

A reunião do **Conselho Monetário Nacional** também tratou da aprovação de diversas medidas relativas ao Setor Agrícola.

Com relação às aquisições do trigo nacional da safra 1984, o **Conselho** instituiu um adicional sobre os preços corrigidos de 2% em janeiro e de 3% em fevereiro, de modo a incentivar a retenção do produto em mãos dos agricultores, para aliviar a pressão que estas aquisições exercem sobre o **Orçamento Monetário** no final do ano. A medida terá efeito relativo, pois, em dezembro, apenas resta para colher parte da safra gaúcha.

Foram também aprovadas sanções para o inadimplemento de obrigações decorrentes de operações de crédito rural e agroindustrial. Nesses casos, os mutuários e os agentes financeiros ficarão sujeitos ao pagamento de juros de 24% a.a. e correção monetária equivalente à variação da **ORTN** (**Resolução nº 989**, de 13/12/84, do **Banco Central do Brasil**). Anteriormente, a sanção prevista era de correção monetária mais juros de 12% a.a.

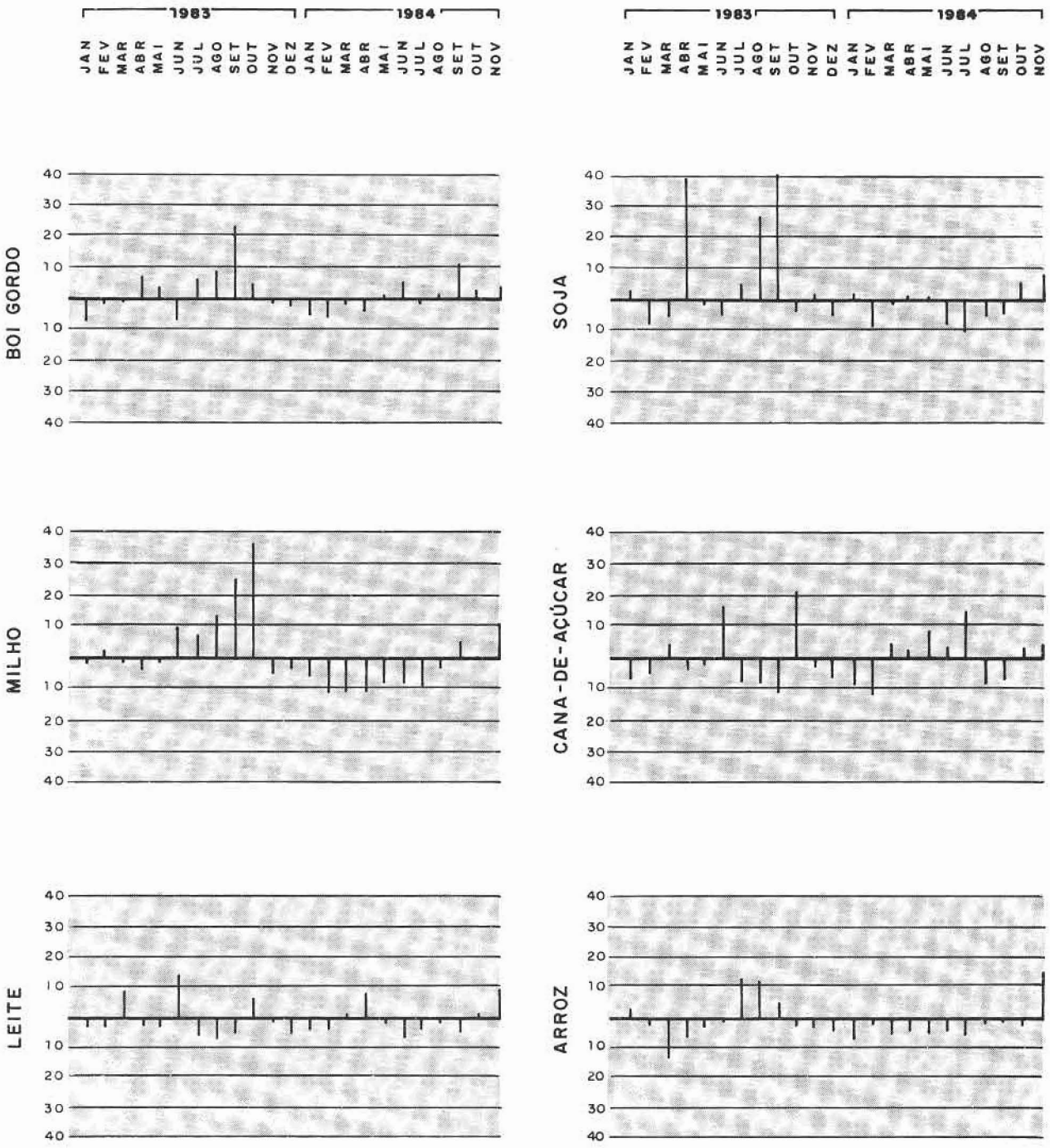
O **Banco Nacional de Crédito Cooperativo** foi contemplado com um plano de recuperação semelhante ao que vem sendo aplicado para os bancos estaduais.

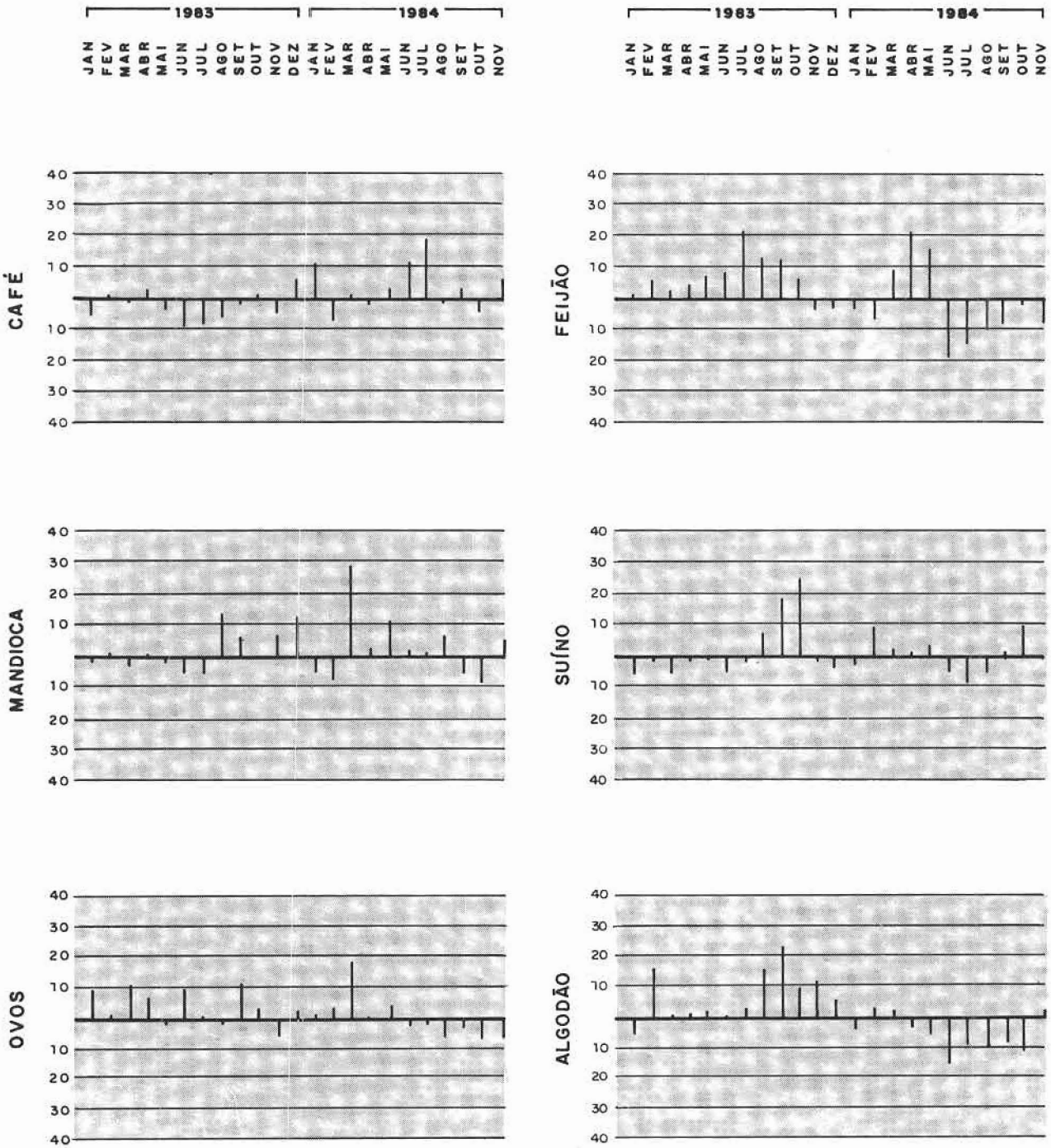
Outra medida adotada está relacionada às dívidas contraídas em 1982 pelos frigoríficos junto ao **Banco do Brasil**, para estocagem de carne. O **Conselho Monetário Nacional** autorizou a **Secretaria Especial de Abastecimento e Preços** a transformar o total, ou 50%, da dívida em entrega de carne bovina para a **Cobal**. Neste último caso, os outros 50% seriam pagos em seis vezes, com base na variação da **ORTN** e juros de 12% a.a.

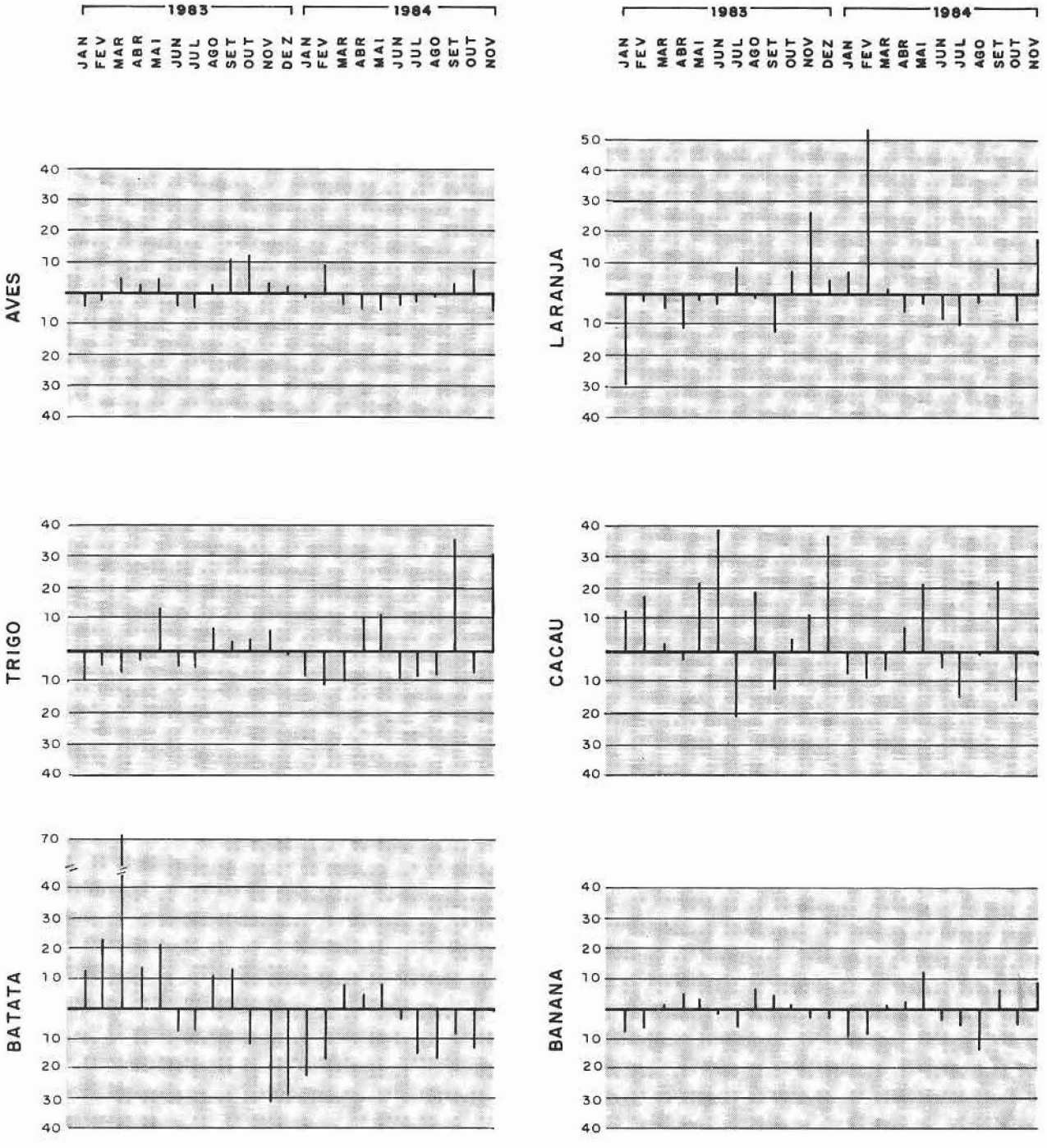
Finalmente, o **Conselho Monetário Nacional** homologou voto já aprovado *ad referendum* relativo às medidas de combate ao bicudo. O **Banco Central do Brasil** transferirá ao **Ministério da Agricultura** US$ 650 milhões provenientes do **Funagri** para serem usados no combate à praga.

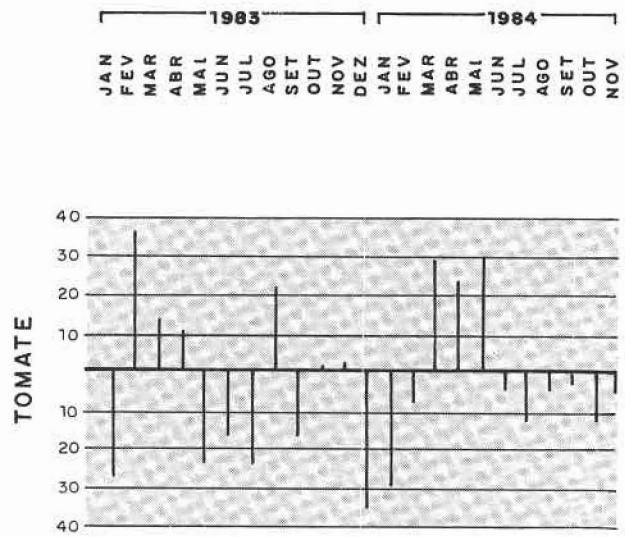
EVOLUÇÃO DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES

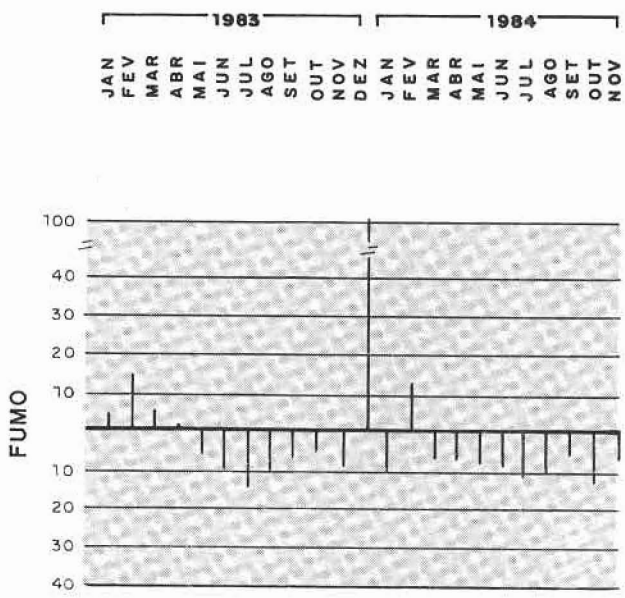
1983 E 1984

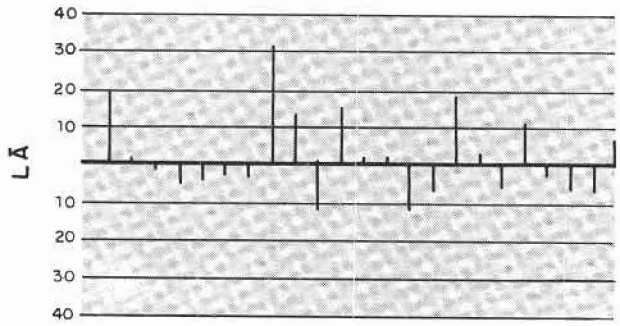


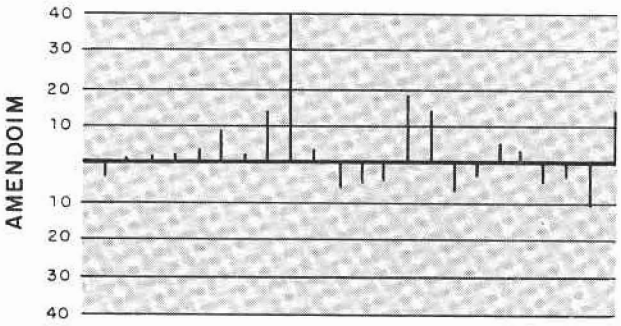

1983
1984
JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV
CAFÉ
FEIJÃO
MANDIOCA
SUÍNO
OVOS
ALGODÃO
40 30 20 10 10 20 30 40


1983
1984
JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV
AVES
LARANJA
TRIGO
CACAU
BATATA
BANANA
40 30 20 10 10 20 30 40
50 40 30 20 10 10 20 30 40
70 40 30 20 10 10 20 30 40









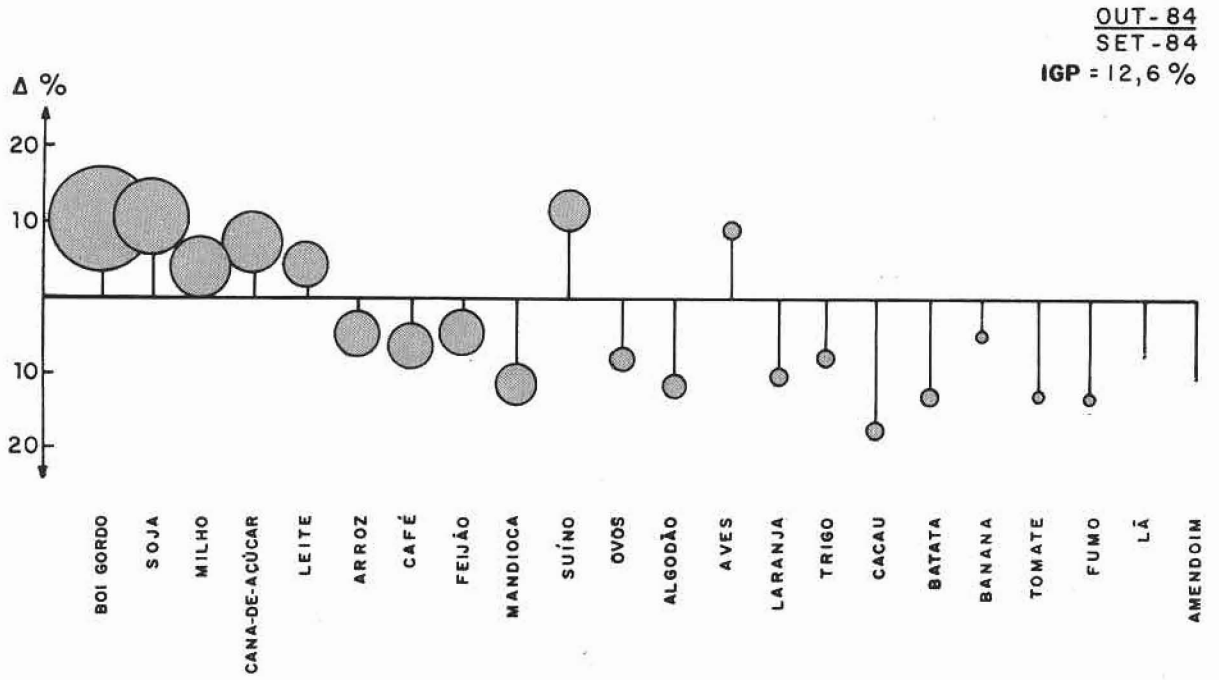
A partir de novembro de 1983, **Agroanalysis** passou a contar com uma nova seção fixa: "Preços Recebidos pelos Agricultores e Relação de Trocas". Mensalmente, desde então, foram apresentadas as variações dos preços dos principais produtos agrícolas em relação ao **IGP** e o comportamento da relação de trocas entre os Setores Agrícola/Industrial. Os gráficos supra apresentam a evolução dos preços recebidos pelos agricultores, nos casos dos produtos constantes da seção supra citada, permitindo visualizar seu desempenho **vis-à-vis** o **IGP**, cuja evolução mensal também é apresentada, desde janeiro de 1983.

QUADRO 15 – VARIAÇÃO PERCENTUAL MENSAL DO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS (DISPONIBILIDADE INTERNA) – 1983 E 1984

MÊS	1983	1984
Janeiro	9,0	9,8
Fevereiro	6,5	12,3
Março	10,1	10,0
Abril	9,2	8,9
Maio	6,7	8,9
Junho	12,3	9,2
Julho	13,3	10,3
Agosto	10,1	10,6
Setembro	12,8	10,3
Outubro	13,3	12,6
Novembro	8,4	9,9
Dezembro	7,6	

FONTE – FGV.

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS

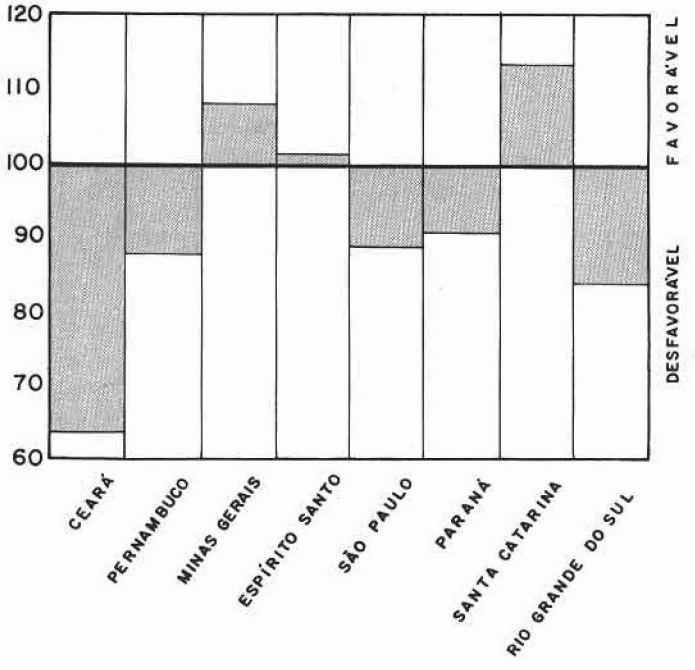


No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, relativa a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.

NO NÚMERO ANTERIOR, AS COLUNAS REFERENTES AOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E SANTA CATARINA RECEBERAM RETÍCULA ACIMA E ABAIXO DA LINHA DE PARIDADE (100). O CORRETO É APENAS A PARTE SUPERIOR.

RELAÇÃO DE TROCAS (ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS / ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS — 1970 = 100)
OUTUBRO 1984



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de novembro).
1 — Preço médio um ano antes
2 — Preço médio no mês de novembro*
3 — Preço médio na última quinzena de novembro*
4 — Preço médio na última semana de novembro*
5 — Comportamento dos Preços Futuros
6 — Tendência do mercado
7 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro — primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	N	O	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	9,10	5,01	4,69	4,71		5,01		5,56		5,88		6,17		6,42	6,62			Rumores de que a União Soviética realizará compras vultosas.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	79,10	65,15	64,96	65,29	65,15			66,50		67,77		68,96			68,82			Apesar dos problemas climáticos no **Cinturão do Algodão,** a safra dos EUA é boa e deverá produzir 13,27 milhões de fardos (estimativa de novembro).
CACAU BAHIA US$/tonelada	2.116,06	2.273,53	2.243,78	2.221,40	2.273,53			2.178,63		2.179,79		2.185,26		2.191,00				Esperado um aumento da demanda no mercado internacional.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US ¢/lb-peso	147,06	140,65	139,85	139,46	140,65			137,66		136,35		135,25		133,82				Os principais torrefadores internacionais estão com estoques relativamente elevados.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	349,25	272,97	270,15	266,20	272,97			281,82		288,55		292,53		288,37		285,59		Colheita praticamente concluída nos EUA. Retração nas exportações norte-americanas.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	831,42	621,49	609,68	602,65		621,49		635,82		649,12		659,07	659,07	647,49		645,42		Pressão do final da colheita nos EUA e redução de 21% nas exportações norte-americanas em relação a 1983.
SOJA FARELO US$/tonelada	231,97	152,28	150,17	149,28	152,28	155,51		161,73		167,31		172,82	173,80	174,82	175,57			O fortalecimento do dólar norte-americano frente às moedas européias deprime a demanda por farelos.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	346,89	359,17	357,95	356,55	359,17			360,41		354,50		342,72		346,85				Poucas vendas realizadas pelos produtores norte-americanos. Boa evolução das exportações dos EUA.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 — Preço médio de outubro de 1983, corrigido pelo IGP, Col. 2, para outubro de 1984.
2 — Preço médio no mês de novembro
3 — Preço médio na última quinzena de novembro
4 — Preço médio na última semana de novembro
5 — Tendência do mercado
6 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cr$/15 kg 1º futuro	88.357	50.494	48.638	46.000	↓	A gravosidade continua impedindo as exportações. A safra nordestina continua sendo colhida e vem apresentando boa qualidade, aumentando a oferta no mercado.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cr$/sc. 60 kg	53.933	59.842	61.000	61.000	→	A venda do produto estocado pela **CFP** e a colocação do produto da **Seap** no Rio de Janeiro e em São Paulo conseguiram sustar a alta sazonal dos preços.
CAFÉ Tipo 6 Cr$/sc. 60 kg	172.533	277.050	276.835	273.870	↓	O IBC fornecerá café do estoque oficial aos torrefadores.
BOI GORDO – Cr$/arroba	54.070	55.500	56.000	55.000	→	Exportações dificultadas pelos estoques da CEE. No mercado interno, os reajustes salariais favorecem transitoriamente as compras, na entrada da safra.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP, coluna 2.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cr$/sc. 60 kg	77.645	73.395	69.650	70.500		Os estoques governamentais não são de grande porte, mas o ingresso das primeiras partidas da safra das águas deverá garantir o abastecimento.
FRANGO Vivo Cr$/kg	1.515	1.475	1.479	1.498		Aumento sazonal da demanda. A produção de frangos de corte deverá ser, este ano, 9% menor do que a de 1983.
MILHO Amarelo Semiduro Cr$/60 kg	26.768	21.306	21.800	22.050		As informações sobre a estiagem em diversas regiões produtoras têm elevado as cotações, embora o governo federal tenha anunciado importações de 200 mil t.
SOJA - GRÃO Industrial Cr$/60 kg	44.808	37.934	39.125	39.000		Estabilidade dos preços externos num momento em que muitas indústrias vêm paralisando suas atividades.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

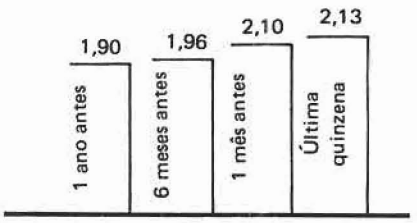
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP, Coluna 2.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (**bushel**).

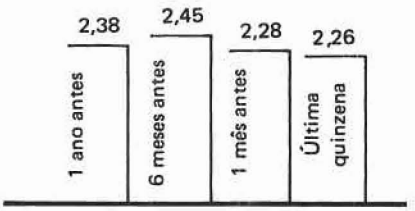
A mais recente avaliação da safra norte-americana da fibra foi idêntica à do mês de outubro, a despeito de problemas climáticos que atingiram o Cinturão do Algodão e que faziam prever quebra na produção. Como, no período, a soja desvalorizou-se em 2%, o preço relativo apresentou ligeiro aumento em comparação com o precedente.

Algodão/Soja



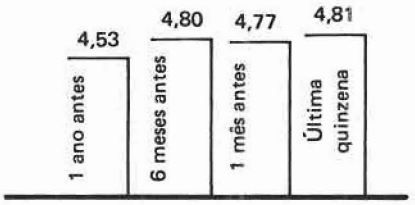
A citada queda do preço da soja, durante a quinzena, justificou-se pela pressão baixista exercida pela colheita nos EUA. Simultaneamente, a cotação do milho praticamente não se alterou.

Soja/Milho



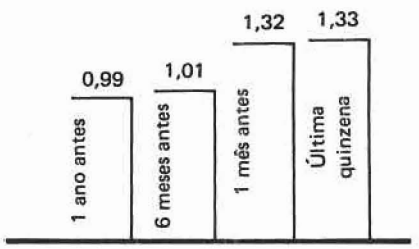
O preço do milho na quinzena foi 23% menor do que o de um ano antes. Segundo o USDA, a produção norte-americana do cereal em 1984/85 será 80% maior do que a de 1983/84 e a demanda deverá crescer 10%, fazendo com que o estoque final seja esperado em nível 40% maior do que na safra anterior. No mesmo período, o preço do algodão desvalorizou-se em 18%.

Algodão/Milho



As exportações norte-americanas de trigo foram menores do que o previsto inicialmente, mas as cotações se estabilizaram, em razão do aumento das compras da República Popular da China. Há um ano, a relação não superava a unidade.

Trigo/Milho

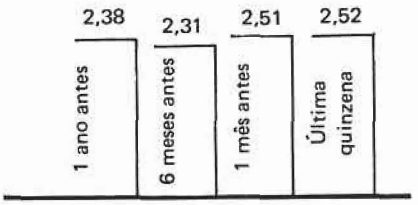


FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS · MERCADO INTERNO

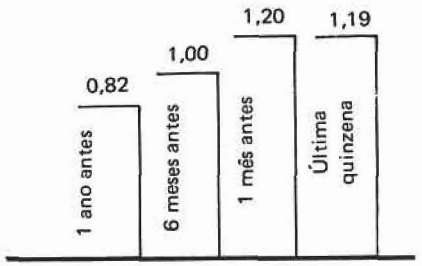
Tanto o mercado de carne bovina quanto o de carne de aves vêm-se ressentindo da falta de poder de compra dos consumidores. Desta forma, embora em época de aumento sazonal dos preços, as cotações do boi gordo e do frango vivo, durante a última quinzena, mantiveram-se praticamente estáveis, comparativamente à média do mês.

Boi Gordo/Frango Vivo



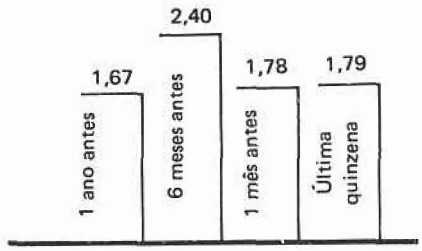
Da mesma forma, o preço da ração de ave de corte não apresentou alteração na quinzena, mantendo-se estável a rentabilidade do criador de aves relativamente à média do mês de novembro. Há um ano, o avicultor encontrava-se menos incentivado a produzir, assim como há seis meses.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



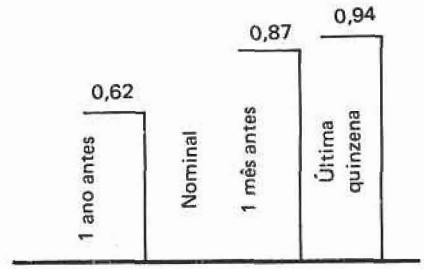
Mais elevado do que há um ano, o preço relativo soja/milho da última quinzena é praticamente igual ao da média do mês, pois, no período, as alterações nos preços da soja e do milho foram semelhantes. Ambos encontram-se em entressafra, mas a tendência altista de suas cotações vem sendo limitada pelo baixo consumo junto às indústrias de rações.

Soja/Milho



O início da comercialização da safra das águas e os reduzidos estoques do governo federal são os principais fatores que influenciam o mercado, no momento. Estimam-se os estoques oficiais em 45 mil t de feijão preto e 30 mil t de feijões de cores. O preço relativo mais alto na quinzena deveu-se ao aumento de 2,2% no preço do feijão preto.

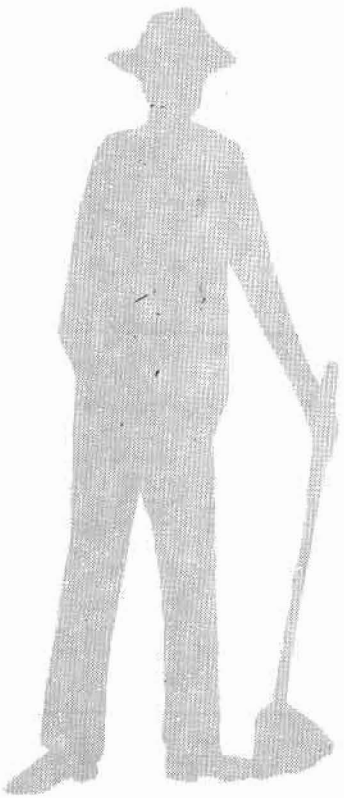
Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado, no nível do Brasil como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias — CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Emater's, Cepa's, CFP, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento. Seus resultados, segundo dispositivo legal (Decreto 68.678/71), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** terão aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 16 — LAVOURAS — ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1984, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE OUTUBRO[1]

ESPECIFICAÇÃO		ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi		32.212	(3)	638.473
Algodão		3.122.403		2.168.127
Algodão arbóreo		1.446.893		279.154
Algodão herbáceo		1.675.510		1.888.973
Alho		11.817		42.987
Amendoim	(2)	148.826		246.898
Amendoim (1ª safra)	(2)	105.052		185.258
Amendoim (2ª safra)	(2)	43.774		61.640
Arroz		5.348.615		8.998.413
Aveia		115.293		123.234
Banana		399.932	(4)	470.338
Batata-inglesa		175.338		2.220.478
Batata-inglesa (1ª safra)	(2)	101.477		1.233.709
Batata-inglesa (2ª safra)		73.861		986.769
Cacau		588.997		331.352
Café		2.452.366		2.705.556
Cana-de-açúcar		3.845.328		244.794.782
Cebola		68.097		708.507
Centeio		3.882		3.025
Cevada		68.855		68.247
Coco-da-baía		165.559	(3)	538.912
Feijão		5.323.571		2.633.993
Feijão (1ª safra)	(2)	2.826.136		1.411.441
Feijão (2ª safra)		2.497.435		1.222.552
Fumo		285.301		415.334
Guaraná		5.886		811
Juta	(2)	20.880		18.591
Laranja		627.381	(3)	63.042.038
Malva		47.845		45.641
Mamona		387.965		221.819
Mandioca		1.770.328		20.722.537
Milho		12.227.753		21.213.062
Pimenta-do-reino		20.237		38.417
Rami	(2)	4.495		9.625
Sisal		321.660		225.674
Soja		9.413.764		15.540.119
Sorgo granífero	(2)	150.784		300.634
Tomate		49.943		1.746.759
Trigo		1.753.381		1.777.011
Uva		56.960		603.019

FONTE — IBGE.
[1] Dados preliminares, sujeitos a retificações. [2] Área colhida e produção obtida. [3] 1.000 frutos. [4] 1.000 cachos.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal 9052 - ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP. 22250 - Rio de Janeiro - RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Renato Correia Paes.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S.A. e Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais: Maria Alice de Gusmão Veloso
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Angelo Jorge de Souza (Respondendo)

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Processamento de Dados: Eugênio Decourt
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib